



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Cooperação para o desenvolvimento: uma relação neocolonial entre Portugal e as ex-colónias em África?

Martina dos Santos Maher

Mestrado em Estudos de Desenvolvimento

Orientadora:

Doutora Ana Margarida Esteves,
Investigadora no Centro de Estudos Internacionais,
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Coorientador:

Doutor Bruno Sena Martins,
Investigador do Centro de Estudos Sociais da
Universidade de Coimbra

Novembro, 2022



CIÊNCIAS SOCIAIS
E HUMANAS

Departamento de Economia Política

Cooperação para o desenvolvimento: uma relação neocolonial entre Portugal e as ex-colónias em África?

Martina dos Santos Maher

Mestrado em Estudos de Desenvolvimento

Orientadora:

Doutora Ana Margarida Esteves,
Investigadora no Centro de Estudos Internacionais,
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Coorientador:

Doutor Bruno Sena Martins,
Investigador do Centro de Estudos Sociais da
Universidade de Coimbra

Novembro, 2022

“Those of us who stand outside the circle of this society’s definition of acceptable women; those of us who have been forged in the crucibles of difference – those of us who are poor, who are lesbians, who are Black, who are older – know that survival is not an academic skill. It is learning how to stand alone, unpopular and sometimes reviled, and how to make common cause with those others identified as outside the structures in order to define and seek a world in which we can all flourish. It is learning how to take our differences and make them strengths. For the master’s tools will never dismantle the master’s house. They may allow us temporarily to beat him at his own game, but they will never enable us to bring about genuine change”

(Lorde, 2002, p. 108)

Agradecimentos

À Orientadora Ana Margarida Esteves e ao Coorientador Bruno Sena Martins, por todos os conselhos e referências bibliográficas que enriqueceram, sem dúvida, a dissertação que apresento.

Ao José Monteiro e ao Redy Lima, cuja participação e bondade foram cruciais para entender melhor o que é a cooperação, transcendendo o conteúdo deste documento.

A toda a minha família, por ter contribuído, à sua maneira, para que pudesse escrever estas páginas. Agradeço em particular à minha mãe, ao meu tio Mário, à Nanda e ao Cipriano que, sempre presentes, confiaram e acreditaram em mim.

À Aline e à Luísa, por me segurarem a mão todas as vezes que preciso, e por serem as amigas e companheiras de luta que sempre desejei ter ao meu lado.

Ao Diogo, pelo amor, carinho e paciência desde o momento em que nos cruzámos pela primeira vez. Que a tua existência continue a iluminar a minha vida nos anos que ainda virão.

À Marta, pela amizade, confiança, conversas e abraços sem fim.

Ao Mak, pelo afeto e ternura constantes, e por todas as palavras bonitas que ainda estão por dizer.

Aos meus amigos do Montijo e de Lisboa, pelos ensinamentos, cumplicidade e por arranjarem um espaço no seu coração para mim.

À família Ramos, por me fazer sentir sempre em casa, oferecendo-me todo o amor e apoio que não sabia que precisava.

A todas as pessoas amigas que não estão aqui mencionadas, por fazerem parte da minha vida e contribuírem para o meu crescimento, um dia de cada vez.

Resumo

A presente dissertação tem como objetivo analisar a cooperação para o desenvolvimento entre Portugal e os PALOP, respondendo, assim, às seguintes questões orientadoras: “Em que medida as estratégias de cooperação portuguesa para o desenvolvimento reproduzem uma relação neocolonial com as ex-colónias em África? Como é que esta narrativa se traduz nas ONG?”.

Neste sentido, foi realizada uma análise bibliográfica qualitativa, com base em artigos científicos, livros publicados e algumas fontes eletrónicas. Adicionalmente, para melhor compreensão sobre os efeitos práticos das estratégias de cooperação, foram incluídos excertos e paráfrases de entrevistas realizadas a duas pessoas experientes na área da cooperação.

Através deste processo de investigação, torna-se possível concluir que a cooperação portuguesa para o desenvolvimento segue uma estrutura neocolonial, visto que está, em grande parte, direcionada para as ex-colónias em África, e que existe uma relação de poder entre o país doador e os países recetores de ajuda. Esta relação traduz-se igualmente nas ONG, que não tendo autonomia financeira, estão dependentes de candidaturas a projetos de agências nacionais e internacionais.

A pertinência desta dissertação prende-se com uma visão crítica sobre as estratégias de cooperação portuguesa para o desenvolvimento, assim como a sua influência nos projetos elaborados pelas ONG nas ex-colónias em África.

Palavras-chave: cooperação, desenvolvimento, neocolonialismo, Portugal, África, ONG

Abstract

This dissertation has the objective of analysing the development cooperation between Portugal and Portuguese-speaking African countries, in order to answer the following questions: “In what way do the Portuguese development cooperation strategies reproduce a neocolonial relationship with the former colonies in Africa? How does this narrative translate into NGO?”

Thus, a qualitative bibliographic analysis was conducted, based on scientific articles, published books and electronic sources. Additionally, in order to better understand the practical effects of the cooperation strategies, paraphrases and quotes from interviews to two people experienced in the area of cooperation were included.

Through this investigation process, it is possible to conclude that Portuguese development cooperation follows a neocolonial structure, considering that it is mainly directed at its former colonies in Africa, and that exists a power relation between donor country and recipient countries. This relation can also be identified in NGO, which, by not having financial independence, are dependent on project applications of national and international agencies.

This dissertation is pertinent because it provides a critical reflection on Portuguese development cooperation strategies, as well as the influence such strategies have on NGO developed projects in former colonies in Africa.

Keywords: cooperation, development, neocolonialism, Portugal, Africa, NGO

Índice

Agradecimentos	i
Resumo	iii
Abstract.....	v
Glossário de siglas	xi
Introdução	1
Aspetos metodológicos e estrutura da dissertação.....	5
Capítulo 1 - Desenvolvimento	9
1.1. O conceito de desenvolvimento e a sua aplicação ao continente africano.....	9
1.2. Os ODS e ODM como estratégia de combate à pobreza	13
Capítulo 2 - Cooperação para o desenvolvimento	17
2.1. Origem do conceito de cooperação e a sua aplicação ao desenvolvimento	17
2.2. Evolução da cooperação para o desenvolvimento.....	18
2.3. Políticas de cooperação portuguesa.....	21
2.3.1. Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD)	25
Capítulo 3 - As ONG e o voluntariado internacional	29
3.1. A evolução das ONG até à atualidade.....	29
3.2. Voluntariado internacional e as relações de poder Norte-Sul Global	33
Capítulo 4 - Discussão	37
Considerações finais	39
Bibliografia.....	41

Índice de Figuras

Figura 2.1- Percentagem do RNB dedicado à APD média dos países do CAD/OCDE e de Portugal (evolução entre 2007 e 2017) - em cash flow	26
Figura 2.2 - APD Portuguesa - bilateral, multilateral e total - entre 2007 e 2018 - em milhões de euros, preços correntes	27

Glossário de siglas

APD	Ajuda Pública ao Desenvolvimento
CAD	Comité de Ajuda ao Desenvolvimento
CEE	Comunidade Económica Europeia
CPLP	Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa
EUA	Estados Unidos da América
FMI	Fundo Monetário Internacional
IPL	<i>International Poverty Line</i>
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OECE	Organização Europeia de Cooperação Económica
ONG	Organização Não-Governamental
ONGD	Organização Não-Governamental para o Desenvolvimento
ONU	Organização das Nações Unidas
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RNB	Rendimento Nacional Bruto
UE	União Europeia

Introdução

Os conceitos de desenvolvimento e cooperação internacional começaram a destacar-se após o final da Segunda Guerra Mundial, aquando da criação de agências internacionais para o desenvolvimento, tendo como propósito ajudar os países considerados menos desenvolvidos¹ na luta contra a pobreza (Costa, 2014). No entanto, a aplicação destes conceitos, focando-se em países ocidentais, não considerou o panorama vivido no continente africano, que continuava a ser alvo de exploração e colonização por parte dos países do Norte Global (Escobar, 1995)

Os últimos 70 anos têm sido palco de uma crescente valorização da cooperação internacional e do desenvolvimento a nível mundial. Segundo Escobar (1995), a ligação entre o início do desenvolvimento e a época colonial é clara no continente africano, visto que a colonização dos povos africanos deu lugar à cooperação para o desenvolvimento. Assim, a instituição do desenvolvimento constitui-se enquanto estratégia para refazer a estrutura colonial e continuar a relação entre as colónias e a metrópole (Escobar, 1995).

Portugal, que manteve colónias em África até ao ano de 1975, tem até hoje a sua estratégia de cooperação para o desenvolvimento direcionada em grande escala para as ex-colónias, existindo, assim, uma relação de poder entre o país doador (Portugal) e os países recetores da ajuda (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe).

Nos últimos anos, a consciencialização quanto ao colonialismo e exploração de outros povos tem sido um tema bastante discutido e, por essa razão, urge trazer estes assuntos para o seio do debate académico, que, apesar de continuar bastante monopolizado por pessoas brancas e ocidentais, tem feito alguns avanços com a publicação de diversos artigos relacionados com este tema. Assim, esta dissertação pretende contribuir para a discussão sobre o papel das estratégias de cooperação, com particular ênfase na relação entre Portugal e as ex-colónias em África, bem como de uma compreensão das narrativas reproduzidas pelas ONG neste contexto. Uma vez que as noções de desenvolvimento e as estratégias de cooperação estão em constante construção, torna-se necessária uma compreensão mais aprofundada sobre as consequências no trabalho prático das pessoas que trabalham na área da cooperação.

Além disso, o interesse pelo voluntariado internacional tem vindo ocupar um lugar cada vez mais central no que diz respeito à ajuda humanitária, havendo um crescimento da prática deste tipo de voluntariado nas últimas décadas, principalmente no continente africano (Perold,

¹ São também designados de “subdesenvolvidos”, “em desenvolvimento”, “pouco desenvolvidos” ou de “Terceiro Mundo”.

et al., 2013). No entanto, pouca pesquisa tem sido desenvolvida sobre este tema, não havendo dados concretos sobre o contributo das pessoas voluntárias para as organizações ou comunidades onde estiveram inseridas, focando-se apenas em doações, nas experiências vividas pelas pessoas do Norte Global, ou retratando as pessoas do Sul Global como incapazes de traçar o seu próprio caminho (Perold, et al., 2013). Adicionalmente, existem semelhanças bastante evidentes entre a história colonial e as estratégias de cooperação portuguesa, não podendo estas ser, portanto, ignoradas (Martins, Silva, & Coelho, 2020).

Enquanto mulher racializada em Portugal e fruto do colonialismo português, o tema do neocolonialismo tem ocupado um espaço cada vez maior na minha vida, não apenas por mero interesse científico, mas por uma questão de sobrevivência, de autoconhecimento e de autocuidado. Saber e definir a minha história assume-se como parte do processo de construção do eu enquanto sujeito, sendo essa a minha motivação pessoal para a elaboração desta dissertação. Como Grada Kilomba refere em “Memórias da Plantação”

“Sujeitos são quem, só eles “têm o direito de definir a sua própria realidade, de estabelecer as suas próprias identidades, de nomear a sua história” (hooks, 1989). Como objetos, contudo, a nossa realidade é definida por outras/os, as nossas identidades são criadas por outras/os, e a nossa “história é nomeada somente de maneiras que definem a [nossa] relação com aqueles que são sujeitos” (hooks, 1989). Esta passagem da condição de objeto à de sujeito é o que marca a escrita como ato político. É também um ato de descolonização – opomo-nos a posições coloniais no ato de nos tornarmos autoras/es “válidas/os” e “legítimas/os”, e reinventamo-nos, dando nome a uma realidade que ou foi mal nomeada ou não foi de todo nomeada. (...) Ainda é preciso tornarmo-nos sujeitos”.

(Kilomba, 2019, p. 24)

Esta dissertação tem como objetivo explorar a cooperação internacional, focando-se especificamente na cooperação portuguesa para o desenvolvimento, e abrangendo o período temporal desde a Segunda Guerra Mundial até aos dias de hoje. Este período assume-se como especialmente importante, dado que é a partir dele que se iniciam os discursos sobre desenvolvimento e a cooperação internacional – como a conhecemos hoje – ganha destaque no panorama global (Lancaster, 2006). Adicionalmente, os anos 1950 e 1960 são palco de uma vaga de descolonizações, assim como a “primeira onda”² de formação de ONG (Cullen,

² Tradução livre a partir do documento citado.

McCorriston, & Thompson, 2022, p. 721). Neste sentido, analisar-se-á a evolução das ONG e a sua ligação com o voluntariado internacional, relacionando com o neocolonialismo.

Deste modo, este trabalho pretende responder às seguintes questões orientadoras da pesquisa:

Em que medida as estratégias de cooperação portuguesa para o desenvolvimento reproduzem uma relação neocolonial com as ex-colónias em África? Como é que esta narrativa se traduz nas ONG?

Aspetos metodológicos e estrutura da dissertação

A presente dissertação explora a atuação portuguesa no que diz respeito à cooperação internacional para o desenvolvimento, abrangendo o período temporal desde o fim da Segunda Guerra Mundial até aos dias de hoje – intervalo no qual as questões do desenvolvimento e da cooperação se tornaram mais pertinentes no panorama global.

Este trabalho baseia-se numa análise bibliográfica qualitativa, através da citação de artigos publicados, livros e outras fontes eletrónicas, contribuindo assim para a explicação e análise dos temas da pesquisa que se pretende desenvolver, mencionados na introdução deste documento. A consulta destas fontes permite uma melhor compreensão quanto aos aspetos já abordados na literatura, bem como críticas e opiniões sobre o tema.

A escolha das fontes utilizadas baseou-se na pertinência para a construção dos pontos que pretendia abordar, que neste caso se prendem com o desenvolvimento, a cooperação para o desenvolvimento, ONG, voluntariado e neocolonialismo. Esta seleção de artigos, publicações e fontes eletrónicas foi deveras importante para o trabalho que apresento, dado que sem ela não conseguiria formular um encadeamento de ideias, fundamental para uma dissertação coerente e rigorosa. Alguns dos autores mais importantes para a realização desta dissertação foram Arturo Escobar, Durokifa & Ijeoma, Fernando Costa, Walter Rodney e David Lewis.

Além das referências bibliográficas, menciona-se, neste documento, paráfrases ou excertos das entrevistas semiestruturadas a duas pessoas ligadas a ONG: Redy Wilson Lima e José Luís Monteiro.

Redy Lima, sediado em Cabo Verde, é formado em Sociologia pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, e doutorando em Estudos Urbanos, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas e no ISCTE-IUL. Nos últimos anos integrou vários projetos, entre os quais se destacam o Kuletivu Nhanha Bongolon (Cabo Verde), em 2018, MAPAurbe (processo colaborativo de mapeamento e auto-organização urbana) Safende e Praia – criados em 2018 e 2020, respetivamente –, e o programa de arte urbana Xabalas, formado em 2018. O seu interesse pelo trabalho “de base” surgiu na academia, pela necessidade de participar nos projetos “de baixo para cima”, juntando a “etnografia e o ativismo político” (Lima, 2022). Desta forma, constitui-se como uma experiência valiosa nesta dissertação.

José Luís Monteiro, sediado na área metropolitana de Lisboa, é Licenciado em Biologia pela Universidade de Lisboa e interessa-se especificamente pela área da conservação do ambiente. No seu primeiro ano de universidade, começou a voluntariar em algumas ONG por

Lisboa e ajudou a fundar outras (Monteiro, 2022). Atualmente, é *Project Officer* na Oikos – Cooperação e Desenvolvimento desde 2010, tendo já bastante experiência na área da cooperação dentro de ONG. A Oikos – Cooperação e Desenvolvimento é uma associação sem fins lucrativos e reconhecida como ONGD, formada em 1988. Tem como principal objetivo o trabalho com comunidades locais de países “mais pobres e vulneráveis, independentemente da sua origem étnica, língua, religião ou geografia”, tendo atuado nos cinco continentes (Oikos - Cooperação e Desenvolvimento, 2022).

A escolha destas duas pessoas para as entrevistas, uma a título um pouco mais individual (Redy Lima), e outra em representação de uma ONGD (José Monteiro), permitiu ter uma visão mais alargada na forma como percecionam a cooperação para o desenvolvimento e quais as estratégias a adotar nas suas realidades. O facto de Redy e José se encontrarem em zonas geográficas distintas (Cabo Verde e Portugal, respetivamente) traz perspetivas enriquecedoras, dado que permite o acesso à visão de quem normalmente ajuda e é considerado desenvolvido (Portugal), e à visão de quem é ajudado e é considerado subdesenvolvido (Cabo Verde). No entanto, a inclusão das entrevistas nesta dissertação não pretende generalizar todas as experiências de ONG em Portugal ou nas ex-colónias, assumindo-se como um exercício de reflexão e adição à literatura abordada neste trabalho. De modo a obter uma representação mais fiel da realidade das ONG portuguesas em ex-colónias e perceções sobre a cooperação para o desenvolvimento, seria interessante entrevistar um número mais elevado de organizações e pessoas relacionadas com o tema.

Foram realizadas quatro entrevistas na totalidade, sendo que as primeiras duas eram de cariz introdutório, procurando conhecer as realidades dos intervenientes individualmente e compreender de melhor forma a sua atuação no terreno, bem como a sua perceção da cooperação para o desenvolvimento. As duas últimas entrevistas pretendiam dar seguimento às primeiras entrevistas realizadas, procurando ainda complementar a pesquisa elaborada para a construção desta dissertação. As perguntas feitas nas entrevistas centraram-se na visão dos entrevistados – dada a sua experiência ao longo dos anos –, sobre a cooperação portuguesa para o desenvolvimento, o voluntariado internacional (no que diz respeito ao envio e receção de voluntários), os meios de financiamento das ONG portuguesas, assim como o seu funcionamento. As questões foram adaptadas ao contexto de cada pessoa entrevistada e às respostas dadas no decorrer das entrevistas.

Todas as entrevistas foram conduzidas através de videochamadas, marcadas previamente por correio eletrónico com cada uma das pessoas entrevistadas, nas quais foi acordada a gravação para posterior audição pessoal e citação. A inserção das entrevistas mencionadas nesta

dissertação pretendem trazer uma compreensão mais abrangente – e sobretudo prática –, do efeito das estratégias de cooperação portuguesas no funcionamento das ONG e na forma como são distribuídos os recursos para a ajuda internacional.

Um dos maiores desafios para a concretização desta dissertação prendeu-se com a demora em encontrar pessoas ou organizações que falassem abertamente sobre os temas que abordo neste trabalho. Foram contactadas diversas pessoas, tanto a nível individual como organizacional, sendo que a larga maioria rejeitou a tentativa de contacto. Da amostra que efetivamente aceitou numa fase inicial, houve quem posteriormente considerasse que não conseguiria contribuir de forma significativa.

Quanto à estrutura, a dissertação divide-se em quatro capítulos. No primeiro, “Desenvolvimento”, aprofunda-se os conceitos de desenvolvimento e de subdesenvolvimento, aplicando-os ao continente africano e fazendo uma breve explicação dos efeitos do colonialismo e exploração em África. No segundo capítulo, “Cooperação para o desenvolvimento”, explora-se a criação do conceito de cooperação, acompanhando a sua evolução e aplicando ao panorama português. No terceiro capítulo “As ONG e o voluntariado internacional”, aborda-se a temática das ONG no que diz respeito ao financiamento e ao voluntariado internacional, incluindo testemunhos das pessoas entrevistadas. Finalmente, no último capítulo, será feita uma breve discussão dos pontos abordados nos anteriores capítulos e subcapítulos, de modo a construir uma reflexão sobre as questões analisadas.

Capítulo 1 - Desenvolvimento

1.1. O conceito de desenvolvimento e a sua aplicação ao continente africano

Numa primeira instância, torna-se pertinente a apresentação das várias definições de desenvolvimento e as suas respetivas origens, bem como as suas aplicações dentro do panorama africano.

Segundo Williams, as questões levantadas por Adam Smith no livro “*An Inquiry Into The Nature And Causes Of The Wealth Of Nations*” iniciam a discussão sobre o conceito que no futuro se viria a denominar de desenvolvimento – embora o autor usasse o termo “*improvement*” (melhoria³) (Williams, 2014, p. 22). O termo “desenvolvimento” só começa a utilizado de modo formal e institucional após a Segunda Guerra Mundial, através do estudo dos países considerados menos desenvolvidos (Williams, 2014, p. 22). O conceito de desenvolvimento tem sido amplamente estudado na literatura, tendo sofrido diversas transformações nas últimas décadas e constituindo-se como um dos conceitos mais problemáticos e importantes das Ciências Sociais (Amaro, 2003).

Inicialmente, o desenvolvimento estava fortemente associado ao desenvolvimento económico (Rodney, 2018). Esta ligação teve como consequência o uso constante de indicadores económicos para definir o desenvolvimento dos países (como se se tratasse de sinónimos), percecionando o crescimento económico como condição necessária e suficiente para o bem-estar da população a todos os níveis, e reduzindo o desenvolvimento dos países à riqueza gerada, particularmente através de indicadores como o rendimento per capita (Amaro, 2003). Contudo, as diversas críticas que surgiram ao conceito de desenvolvimento fomentaram o aparecimento de novas abordagens que vieram ressignificar o conceito, como são exemplos a teoria da dependência (que será mencionada adiante) e a teoria do Sistema-Mundo (Amaro, 2003).

Segundo Gilbert Rist, o desenvolvimento encontra-se relacionado com o bem-estar material, o progresso, a justiça social, crescimento económico, crescimento pessoal ou mesmo equilíbrio ecológico (Rist, 2009). Walter Rodney, por sua vez, apresenta o conceito de desenvolvimento como um processo bastante complexo, no qual a aprendizagem de novas competências, a liberdade, criatividade, disciplina e bem-estar material são aspetos importantes para a definição deste conceito. Contudo, estas categorias são difíceis de avaliar, pois dependem

³ Tradução livre a partir do artigo citado.

da perspectiva, origens e moral de cada pessoa (Rodney, 2018). Segundo Rodney, para que se possa falar de desenvolvimento é necessária uma abordagem abrangente, em que o Estado deverá utilizar os seus recursos de forma a garantir o bem-estar dos seus cidadãos (Rodney, 2018; Durokifa & Ijeoma, 2018). O autor avança ainda com uma definição de subdesenvolvimento, que consiste na comparação dos níveis de desenvolvimento entre países através de indicadores exclusivamente económicos – que classificam países mais ricos e industrializados como desenvolvidos (Rodney, 2018). Deste modo, o subdesenvolvimento não se trata da ausência de desenvolvimento, mas sim da posição em que o país é colocado no panorama mundial quando comparado com outros países – através de indicadores exclusivamente económicos (Rodney, 2018). Para Rodney, a causa direta do subdesenvolvimento prende-se com a exploração desses países por parte de outros (Rodney, 2018). Estas ideias ligam-se com os argumentos de André Gunder Frank no que diz respeito à teoria da dependência, que será explicada adiante.

Rodney critica, assim, o conceito de desenvolvimento associado à “modernização”, em que os processos tradicionais (mais relacionados com o meio rural e com países ditos subdesenvolvidos) são substituídos por processos progressistas (mais relacionados com o meio urbano e com os países ditos desenvolvidos) (Rodney, 2018; Amaro, 2003, p. 48). Através desta ótica, o desenvolvimento é percecionado como sinónimo de modernização, industrialização, urbanização e progresso, no qual o modelo europeu é o exemplo a seguir pelo resto do mundo; enquanto o subdesenvolvimento é percecionado como um atraso no desenvolvimento, pelo que o processo de industrialização é apresentado como uma “etapa obrigatória na caminhada dos países do Terceiro Mundo para o desenvolvimento”, não existindo qualquer preocupação quanto às consequências da “modernização” aplicadas ao continente africano (Amaro, 2003, p. 48; Rodney, 2018). Este pensamento está bastante enraizado no Ponto IV do discurso do Presidente Harry S. Truman – então Presidente dos EUA –, e é considerado um marco fulcral na história do desenvolvimento, visto que é o primeiro programa dos EUA de “ajuda ao desenvolvimento” (Truman, 1949; Amaro, 2003, p. 41).

Assim, a partir do discurso de Truman, considera-se o início de uma nova era no que diz respeito à perceção dos problemas externos, em que Truman apela aos EUA e ao resto do mundo para que resolvam os problemas das “áreas subdesenvolvidas” (Escobar, 1995, p. 3; Truman, 1949). A resolução de problemas apontados por Truman inicia na replicação do modelo dos países considerados desenvolvidos naquele momento, tendo em vista o “*American Dream*” difundido por todo o mundo (Escobar, 1995, p. 4). No entanto, segundo Seers (1969), o conceito de desenvolvimento apresentado, principalmente no período após a Segunda Guerra

Mundial, é bastante enganador, na medida em que “a década do desenvolvimento” trouxe ainda mais desigualdade económica e o aumento do desemprego (p. 34).

Já em Portugal, durante o Estado Novo, a palavra “fomento” era o termo utilizado para designar o desenvolvimento produzido pelo Estado em forma de ações (Castelo, 2014). Enquanto grande parte dos Estados europeus aceitava a independência dos povos colonizados e os EUA fomentavam medidas e projetos de desenvolvimento, a ditadura portuguesa procurava manter as suas então colónias, distanciando-se do pensamento da comunidade internacional. Os planos de “fomento” foram, assim, criados nas ex-colónias, com o objetivo da exploração dos recursos naturais, bem como o incentivo à estadia dos colonos brancos nos países colonizados (Castelo, 2014). Segundo Marcelo Caetano, então Ministro das Colónias, o “fomento” deveria corresponder à modernização e à experiência técnica, de modo que a indústria, transportes e comunicação do “império” fossem bem-sucedidas. Este discurso deveu-se à pressão internacional que Portugal sofria para libertar as colónias, tentando passar uma imagem limpa da relação portuguesa com as “províncias ultramarinas”⁴ (Castelo, 2014). O conceito de desenvolvimento foi então introduzido cautelosamente após o ano de 1945, ganhando força aquando do fim da ditadura em 1974, devido ao programa político do Movimento das Forças Armadas e à consequente libertação das ex-colónias e da abertura do país ao exterior (Castelo, 2014).

Contudo, no continente africano, o conceito de desenvolvimento não foi percecionado da mesma forma que no continente europeu. A colonização de África e a anterior exploração dos seus povos por via do tráfico transatlântico contribuiu grandemente para a obtenção de lucros por parte de escravagistas, moldando a economia mundial e participando no desenvolvimento do capitalismo (Rodney, 2018). Essa prática foi iniciada, incentivada e dominada por Portugal, sendo responsável por quase metade do tráfico transatlântico (Slave Voyages, 2021).

De modo semelhante à visão africana do desenvolvimento, na América Latina, na década de 1960, surge a Teoria da dependência – também denominada de subdesenvolvimento (Clarke, 2014). Esta teoria constitui-se como uma forma de compreensão histórica, política e económica baseada na ideia de que o desenvolvimento capitalista dos ditos países desenvolvidos criou desigualdades no países do “Terceiro Mundo”, reproduzindo-as e fomentando a dependência dos últimos no investimento e tecnologia estrangeira (Clarke,

⁴ Termo utilizado para designar “colónias” na Constituição portuguesa de 1951, tentando agradar a comunidade internacional (Castelo, 2014).

2014). Assim, a falta de desenvolvimento atribuída aos países ditos subdesenvolvidos constitui-se enquanto resultado da exploração dos países ditos desenvolvidos (Durokifa & Ijeoma, 2018).

Do mesmo modo, Durokifa & Ijeoma (2018) afirmam que a dependência colocou África como o continente destinado aos resíduos dos países considerados desenvolvidos que, por sua vez, moldaram o mercado e as trocas comerciais do continente africano a seu favor (Durokifa & Ijeoma, 2018). A crise financeira africana nos anos 1970 constitui-se enquanto exemplo, visto que o Programa de Ajustamento Estrutural levado a cabo nos anos 1980 – com iniciativa do Banco Mundial, FMI e doadores do mundo ocidental –, almejava tratar os problemas que afetavam na altura os países africanos. Segundo estas organizações, os problemas dos países africanos prendiam-se com a má gestão do setor público e investimentos, infraestruturas incapazes, entre outras questões, procurando justificar, assim, a intervenção no sistema económico africano (Durokifa & Ijeoma, 2018). Estas medidas, que previam privatizações, desenvolvimento do mercado, estabilidade, crescimento económico e erradicação da pobreza, resultaram, em contrapartida, numa situação de dívida ainda maior no continente africano (Durokifa & Ijeoma, 2018).

Desta forma, a constante intervenção dos países ditos desenvolvidos em África, com o pretexto de ajudar a desenvolver ou a combater problemas estruturais no continente, tem levado a um maior empobrecimento e dependência da população. Mesmo com a descolonização dos povos africanos, continua a existir uma tentativa dos países ditos desenvolvidos de controlar e definir quais são os próximos passos a tomar no continente. Neste sentido, torna-se pertinente introduzir o conceito de neocolonialismo.

O neocolonialismo constitui-se enquanto forma de poder indireta, no qual políticas coloniais continuam a ser praticadas sob o pretexto da liberdade dos países ditos subdesenvolvidos e, portanto, são

“...an indirect source of exploitation rather than for the development of the less developed parts of the world. Investment under neo-colonialism increases rather than decreases the gap between the rich and the developing nations. Moreover, the struggle against neo-colonialism is not aimed at excluding the capital of the developed world from operating in the less developed countries. Instead, it is aimed at preventing the financial powers of the developed countries to be used in a way to impoverish the less developed ones.”

(Durokifa & Ijeoma, 2018, p.356, apud Nkrumah, 1965)

Para Durokifa & Ijeoma (2018), os ODM (e os ODS, por extensão) são uma forma moderna de colocar os países africanos dependentes do Ocidente, constituindo-se como uma forma de neocolonialismo. Este pensamento irá ser desenvolvido no próximo subcapítulo.

1.2. Os ODS e ODM como estratégia de combate à pobreza

O combate ao sofrimento humano e à violação dos Direitos Humanos, amplamente defendido pela comunidade internacional, foi um tema bastante reconhecido na agenda internacional até atingir o seu pico no final do século XX (Cimadamore, 2016).

No ano 2000, na Cimeira do Milénio, deu-se a adoção da Declaração do Milénio das Nações Unidas por parte dos líderes mundiais, comprometendo as nações do mundo a formarem uma parceria para combater a extrema pobreza a diferentes níveis (Oleribe & Taylor-Robinson, 2016). Os ODM foram, assim, a primeira vez em que uma parceria global foi desenvolvida para combater a pobreza, sendo mais focada nos países subdesenvolvidos (Oleribe & Taylor-Robinson, 2016). A Declaração do Milénio, os ODM e os ODS marcaram uma nova etapa no que são as preocupações quanto à justiça global, concentrando-se em aspetos económicos e sociais (Cimadamore, 2016).

Os ODM foram as primeiras metas organizadas a nível mundial que tinham como principal objetivo combater a extrema pobreza em diferentes níveis: rendimentos baixos, fome, falta de abrigo, exclusão social e doença, enquanto promoviam a igualdade de género, educação e sustentabilidade ambiental (Oleribe & Taylor-Robinson, 2016). Atualmente, os ODS são, na verdade, um prolongamento dos ODM, diferindo substancialmente na questão do desenvolvimento sustentável (Abubakara & Ainab, 2019). Adicionalmente, os ODS foram criados através de um processo consultivo com a participação de organizações e grupos da sociedade civil, e também de indivíduos selecionados de forma aleatória através de inquéritos online e porta-a-porta (Kumar, Kumar, & Vivekadhish, 2016).

A erradicação de pobreza constitui-se como um tema central na luta pelos Direitos Humanos, sendo que se considerou sempre como o primeiro Objetivo de Desenvolvimento, tanto nos ODS⁵ como nos ODM⁶ (Instituto Camões; Organização das Nações Unidas, 2022).

⁵ “Erradicar a pobreza”. Mais informações sobre este Objetivo podem ser encontradas em (Organização das Nações Unidas, 2022)

⁶ “Erradicar a pobreza extrema e a fome”. Mais informações sobre este Objetivo podem ser encontradas em (Instituto Camões).

Assim, é possível afirmar que a questão do combate à pobreza, embora antiga, continua um tema bastante pertinente dentro do panorama mundial atual.

Segundo a ONU, a extrema pobreza caracteriza-se tanto pela falta de rendimento, como pela fome, malnutrição, acesso limitado à educação, exclusão ao nível social e na tomada de decisões, fatores que limitam a subsistência das pessoas em situação de pobreza (Organização das Nações Unidas, s.d.). Além disso, caracteriza-se também pelas pessoas que vivem com menos de 1,90 dólares por dia (IPL) (Nações Unidas: Centro Regional de Informação para a Europa Ocidental, s.d.).

Contudo, para Hickel (2016), a definição de pobreza das Nações Unidas é bastante limitada e tem profundas implicações na forma como percebemos o desenvolvimento atualmente, dado que a IPL não consegue garantir, por exemplo, a nutrição básica ou sobrevivência de crianças em todos os países, dado que o custo de vida difere de país em país (Hickel, 2016). Assim, o autor defende a medição da pobreza através do limiar de pobreza de cada país, bem como a discussão e melhoria do modelo de desenvolvimento atual (Hickel, 2016).

Segundo a ONU, os ODM foram o “movimento mais eficaz contra a pobreza na História” (Organização das Nações Unidas, 2015). Hickel (2016) critica novamente esta narrativa, argumentando que as afirmações feitas pela ONU são enganadoras e imprecisas, dado o aumento da pobreza e fome (Hickel J., 2016). Afirma também que, apesar de a ONU se referir aos ODM como um progresso global contra a fome, 73% dos ganhos que a ONU proclama são, na verdade, feitos por um só país, a China, durante os anos 1990. A redução da pobreza da China foi conseguida através de uma reforma agrária que garantia acesso seguro à terra a pequenos agricultores, medida que não esteve integrada nos ODM (Hickel, 2016).

Segundo Durokifa & Ijeoma, (2018) tanto os ODM como os ODS são formas de neocolonialismo que visam a perpetuação da força e do poder ocidental através do discurso sobre o desenvolvimento. Este discurso materializa-se nas políticas e nas decisões tomadas pelos países desenvolvidos, em que os ODM e ODS são exemplo, não sendo apenas uma visão ou discurso teórico. Segundo Escobar, o discurso do desenvolvimento resultou nas práticas que controlam e regulam a vida de outros povos no chamado “Terceiro Mundo” (Escobar, 1995, p. 104).

Uma das várias críticas apontadas aos ODM prende-se com o facto de, apesar de serem objetivos com o propósito de favorecer os países ditos “menos desenvolvidos”, estes foram idealizados e implementados sem a sua voz estar efetivamente presente nos processos de decisão (Durokifa & Ijeoma, 2018). Segundo Makau Mutua (2001), o *corpus* dos Direitos Humanos é na sua base bastante eurocêntrico, apesar da constante afirmação de universalidade

dos princípios acordados. Para o autor, o discurso sobre os Direitos Humanos deveria estar assente na perspetiva de sociedades que foram exploradas e subjogadas pelo imperialismo europeu e não o seu contrário (Mutua, 2001).

Além disso, Durokifa & Ijeoma (2018) afirmam que os ODM foram criados para satisfazer o FMI, o Banco Mundial e a OCDE, dado que os seus indicadores são injustos para a realidade dos países africanos. Os ODM criaram, assim, oportunidade para que os países ditos desenvolvidos determinassem a abertura do mercado de países africanos para aceitar produtos e investimento de companhias multinacionais, afirmando que esta decisão traria maior desenvolvimento económico nos países, em troca de ajuda internacional e empréstimos (Durokifa & Ijeoma, 2018). Desta forma, segundo Durokifa & Ijeoma (2018), os ODM não foram desenhados para gerar desenvolvimento, mas sim para reiterar o poder que o Ocidente exerce sobre os países de “Terceiro Mundo”, continuando a tomar decisões sobre estes, as suas trocas comerciais ou a sua abertura ao investimento (Escobar, 1995).

Com a implementação dos ODS, em 2015, os problemas apontados aos ODM permaneceram, dado que não existiam medidas específicas para o contexto africano (Durokifa & Ijeoma, 2018). Tanto os ODM como os ODS são baseados numa perspetiva generalizada *one-size-fits-all*, na qual não se enquadram todos os países (Durokifa & Ijeoma, 2018). Neste sentido, os autores propõem algumas recomendações que visam a emancipação do continente africano: a elaboração de uma agenda própria de desenvolvimento – através, por exemplo, da União Africana ou União Económica Africana, e que tenham em consideração o contexto do continente –; a participação inclusiva, na qual existe contacto entre os decisores políticos e os locais; a criação de uma comissão de desenvolvimento composta por ativistas, observadores, membros da comunidade e especialistas, onde existiria discussão e monitorização dos projetos; e a criação de indicadores nacionais referentes aos objetivos de desenvolvimento a atingir por cada país (Durokifa & Ijeoma, 2018). Esta emancipação requer a saída de África do ciclo de exploração que continua a prejudicar o continente repetidamente, como são exemplo o Programa de Ajustamento Estrutural levado a cabo nos anos 1980 e, neste momento, os ODS (Durokifa & Ijeoma, 2018).

As constantes intervenções externas no continente africano provam que a abordagem perante África continua a ter uma estrutura neocolonial, através de métodos mais subtis de dominação, ao contrário do método existente na época colonial (Langan, 2018). Esta ideia de aparente independência africana, fomentada pelos próprios governos, permite que influências externas permeiem nas suas políticas, não havendo assim um desenvolvimento autónomo do

continente, como prometeu a independência (Langan, 2018). Como Fanon aponta no livro “Os Condenados da Terra”,

“The apotheosis of independence is transformed into the curse of independence, and the colonial power through its immense resources of coercion condemns the young nation to regression. In plain words, the colonial power says: “Since you want independence, take it and starve.””

(Fanon, 1963, p. 97)

Para Paulo Freire, para que ocorra uma verdadeira libertação dos oprimidos – neste caso dos povos africanos –, é necessário que estes olhem para si próprios enquanto “homens”⁷ e não como objetos (Freire, 2018, p. 74). Enquanto objetos, a única opção é serem salvos por outrem. (Freire, 2018). Desta forma, a solução passa pela “autolibertação”, que consiste num processo coletivo, onde “ninguém se liberta sozinho” (Freire, 2018, p. 74)

“Desde o começo mesmo da luta pela humanização, pela superação da contradição opressor oprimidos, é preciso que eles se convençam de que esta luta exige deles, a partir do momento em que a aceitam, a sua responsabilidade total. É que esta luta não se justifica apenas em que passem a ter liberdade para comer, mas “liberdade para criar e construir, para admirar e aventurar-se”. Tal liberdade requer que o individuo seja ativo e responsável, não um escravo nem uma peça bem alimentada da máquina. Não basta que os homens não sejam escravos; se as condições sociais fomentam a existência de autômatos, o resultado não é o amor à vida, mas o amor à morte”.

(Freire, 2018, p. 76)

⁷ Linguagem utilizada por Paulo Freire no livro citado.

Capítulo 2 - Cooperação para o desenvolvimento

2.1. Origem do conceito de cooperação e a sua aplicação ao desenvolvimento

Neste capítulo, em primeiro lugar, torna-se necessário definir o conceito de cooperação e a sua evolução.

No que diz respeito à palavra “cooperação”, a sua etimologia remonta do verbo latino “*cooperare*”, que por sua vez significa “trabalhar com” (Costa, 2014, p. 148). Segundo Costa (2014), a cooperação assenta no trabalho conjunto entre todas as partes envolvidas para atingir um objetivo comum.

A cooperação enquanto fenómeno começou por ser analisada à luz da Biologia, nomeadamente da perspetiva evolucionista de Darwin, na qual a redução da competição proporcionava a continuidade da espécie (Júnior, 2021). Aqui, existe a ideia de que as relações de cooperação consistem em conexões vantajosas, onde não existe obrigatoriedade (Costa, 2014). Contudo, esta perspetiva apenas considerava relações mais próximas, como é exemplo a família (Júnior, 2021). Júnior propõe uma visão mais alargada de cooperação, percecionando-a como o “resultado das implicações morais das ações individuais e coletivas, designadamente dos governos, na resolução de problemas que sejam conhecidos e que afetem outros” (Júnior, 2021, p. 100). Esta visão introduz uma perspetiva de responsabilidade partilhada entre o indivíduo e a sociedade no seu todo, a fim de resolver os problemas de uma determinada comunidade, grupo ou país.

Além disso, também se pode percecionar a cooperação como um dos pilares da política externa, como forma de apoio entre países, constituindo-se como “os mecanismos de intercâmbio de experiências e conhecimentos técnicos, científicos, tecnológicos e culturais entre países e organizações internacionais”, e incluindo fluxos privados e oficiais – como é o caso da APD (Júnior, 2021; Costa, 2014, pp. 148-149; Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, 2015).

Assim, a cooperação para o desenvolvimento entende que é necessário um esforço conjunto para colmatar os problemas específicos existentes num determinado local, tendo como objetivo “a luta contra as desigualdades, a promoção dos Direitos Humanos, da boa governação e de um crescimento inclusivo e sustentável”, e como princípios a sustentabilidade, segurança, qualidade de vida, entre outros (Costa, 2014, p. 149). A cooperação surge como a principal

forma de combater a pobreza e as desigualdades que se fazem sentir nos países considerados menos desenvolvidos (Ministério dos Negócios Estrangeiros, s.d.).

Segundo o Instituto Camões, a cooperação para o desenvolvimento

“consiste no esforço levado a cabo conjuntamente por países desenvolvidos e países em desenvolvimento, com a finalidade de combater as dificuldades económicas e sociais dos últimos de forma sustentável e duradoura. A cooperação significa envolver as populações na definição, planificação e criação do seu próprio futuro, capacitando as pessoas e comunidades para intervirem e liderarem o seu próprio processo de desenvolvimento.”

(Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, 2015, p. 1)

A cooperação para o desenvolvimento pode ser bilateral ou multilateral. A primeira consiste na canalização de fundos de doadores diretamente para os recetores – de governos diretamente para outros governos ou organizações desses países, tanto nacionais como internacionais (Afonso & Fernandes, 2005). Segundo a Plataforma Portuguesa das ONGD (associação privada apoiada pelo Camões – Instituto da Cooperação e da Língua), a cooperação bilateral com os PALOP e Timor-Leste é a mais privilegiada, sendo a principal área de investimento a educação (Palma, 2002; Plataforma Portuguesa das ONGD, 2019). Já a cooperação multilateral consiste na transferência de fundos para organizações multilaterais – como são exemplo a UE, OCDE, a ONU, o Banco Mundial e o PNUD –, que posteriormente são aplicados nas suas ações para promoção do desenvolvimento (Afonso & Fernandes, 2005). Como refere Augusto Santos Silva, ex-Ministro dos Negócios Estrangeiros,

“Já referi, e faço questão de repetir, que a prioridade número um da nossa cooperação é a parceria bilateral com cada um dos países africanos de língua portuguesa e com Timor-Leste. Sem pô-la em questão, há novas fronteiras possíveis, seja do ponto de vista geográfico, seja do estratégico.”

(Grupo de Trabalho Aid Watch da Plataforma Portuguesa das ONGD, 2017, p. 18)

2.2. Evolução da cooperação para o desenvolvimento

Segundo Carol Lancaster (2006), a ajuda internacional como se conhece atualmente, em que se aloca recursos de um governo para outro – seja diretamente ou através de ONG –, com o objetivo de melhorar as condições de vida da população do país de destino, é uma prática

bastante recente, sendo que só existiu de forma expressiva depois do final da Segunda Guerra Mundial.

Contudo, já antes de 1945 se sentia o que se tornaria na ajuda internacional como a conhecemos hoje. A devastação causada pela Primeira Guerra Mundial após cinco anos de conflitos tornou a ajuda internacional um objetivo claro para os países europeus, assim como na Segunda Guerra Mundial, onde a ajuda intergovernamental se veio a desenvolver mais naturalmente (Lancaster, 2006). Até então, este compromisso entre Estados sempre fora visto como temporário, não tendo o objetivo de melhorar as condições de vida das populações dos países destinatários, como é o caso da cooperação (Lancaster, 2006).

Como já mencionado, a cooperação internacional ganhou um novo sentido após a Segunda Guerra Mundial. Este fenómeno deveu-se à criação do Plano Marshall que, proposto e financiado pelos EUA, tinha como objetivo ajudar os países europeus na devastação pós-guerra (Costa, 2014). No entanto, o Plano Marshall reforçou a hegemonia estadunidense a um nível global, desencadeando “uma autêntica indústria da ajuda internacional”, que teve na origem da criação de organizações internacionais multilaterais, como são exemplo a ONU, o Banco Mundial e outras instituições de *Bretton Woods* (Costa, 2014, p. 150).

Portugal aderiu relutantemente ao Plano Marshall em 1948 – com o governo de Oliveira Salazar –, com medo da exploração das fragilidades portuguesas e da possível imposição da visão económica dos EUA em Portugal e nos países colonizados (Costa, 2014). Contudo, Portugal acabou por beneficiar do Plano Marshall entre 1949 e 1951, recebendo mais de 54 milhões de dólares (Costa, 2014). Segundo Costa, a política externa portuguesa na época baseava-se em quatro fundamentos “atlantismo, manutenção de relações privilegiadas com Espanha, cooperação com a Europa ocidental e a defesa e reforço dos laços com as colónias” (Costa, 2014, p. 151).

Na década de 1960, no decorrer da segunda vaga de independências, começam a ser estabelecidos programas de cooperação bilaterais, nos quais se destacam a parceria entre os EUA e a OECE, bem como a fundação da OCDE, que tem o CAD como fórum internacional de discussão sobre desenvolvimento a nível mundial (Costa, 2014). Portugal fez parte do CAD enquanto membro fundador no ano de 1961, enquanto ainda se considerava uma potência colonial, permanecendo até 1974 (Palma, 2002). Durante este período, o país reportava “programas de assistência” nas então colónias (Palma, 2002, p. 2). Só em 1986 e 1991, com a entrada na CEE e novamente no CAD, respetivamente, é que “a experiência (...) de cooperação

para o desenvolvimento foi redinamizada”, sendo que Portugal passou de país recetor (durante os anos em que esteve fora da CAD) para país doador (Palma, 2002, p. 2).

Após o Plano Marshall, e seguindo as mesmas condições de injeção de capital, do outro lado do atlântico, o Tratado de Roma, em 1957, veio também almejar a cooperação a nível internacional com os países designados de “ultramarinos”, provando que a cooperação para o desenvolvimento era focada na ajuda das ex-metrópoles para as ex-colónias (Costa, 2014, p. 151). Segundo o autor, estas injeções eram feitas dentro da visão económica do Keynesianismo, apoiando investimento em infraestruturas e à “industrialização numa lógica de *Big-Push*” (Costa, 2014, p. 151). Estas medidas acabaram por ser catastróficas devido às crises do petróleo, aumentando a dívida dos países ditos em desenvolvimento (Costa, 2014). A década de 1970 foi, assim, marcada pela expansão das agências internacionais de cooperação multilateral, bem como a definição de objetivos de ajuda internacional por parte do CAD (Costa, 2014). Nesta altura, ainda se vivia uma grande instabilidade económica, dado o choque petrolífero em 1973/1974, que resultou em “movimentos financeiros dos bancos europeus e americanos em direção aos países em desenvolvimento” (Costa, 2014, p. 152)

Em Portugal, vivia-se um ambiente tumultuoso, marcado pelo 25 de abril de 1974 e pelas mudanças sociais e políticas consequentes. No entanto, as relações com a Europa não se alteraram de forma significativa (Costa, 2014). Quanto ao continente africano, houve um desejo de cooperação com os países de língua portuguesa em África por parte de Portugal, materializando-se em programas idealizados pelos governos provisórios – de maio de 1974 até agosto de 1976 –, bem como na Constituição da República Portuguesa de 1976, na qual existe uma afirmação da prioridade aos países africanos de língua portuguesa na política externa nacional “Portugal reconhece o direito dos povos à insurreição contra todas as formas de opressão, nomeadamente contra o colonialismo e o imperialismo, e manterá laços especiais de amizade e cooperação com os países de língua portuguesa” (Costa, 2014; Assembleia Constituinte, 1976, p. 2).

Ao nível internacional, em 1989, deu-se a Convenção Lomé IV, na qual os Direitos Humanos e as estruturas democráticas ganharam destaque na discussão sobre a cooperação internacional (Costa, 2014). A partir de 1990, a cooperação começa a ter uma posição proeminente nos assuntos externos: inicia-se a publicação anual do Relatório de Desenvolvimento Humano, em 1992 é assinado o Tratado de Maastricht, e realizam-se também várias cimeiras sobre o desenvolvimento, intimamente ligadas com a cooperação (Costa, 2014).

Nos anos 2000, surgem os ODM que – como já verificado no Capítulo 1 –, se propõem a erradicar a pobreza, sintetizando os objetivos propostos em cimeiras anteriores e constituindo-se como as “linhas orientadoras de toda a cooperação” (Costa, 2014, p. 157).

Contudo, é com o 11 de setembro de 2001 que surge uma nova e mais séria visão sobre a preservação da paz entre países (Costa, 2014). Temas como a pobreza, as mudanças climáticas e a poluição tomaram um papel central na discussão sobre a cooperação internacional e “bens públicos globais”, pois eram vistos como ameaças à segurança e “bem-estar dos países mais desenvolvidos”, pelo que seria necessário um esforço conjunto para o combate destes problemas (Costa, 2014, p. 157).

Em 2005, dá-se o Consenso Europeu para o Desenvolvimento, onde se define pela primeira vez um conjunto de princípios comuns a adotar pela UE nas políticas de desenvolvimento e no qual – tal como nos ODM –, a redução da pobreza se assume como o principal objetivo da cooperação (União Europeia, 2007). Após a data do término dos ODM, em 2015, surge a necessidade de discutir os próximos passos, pelo que se dá a criação dos ODS, que se focam principalmente em questões ambientais, assim como nos conceitos de segurança e respeito pelos Direitos Humanos (Costa, 2014). Os ODS são, neste momento, um dos focos de cooperação para o desenvolvimento mais importantes, tanto no panorama mundial como no panorama português, pelo que é necessário existir “coerência intergovernamental, interinstitucional e multi-atores” capazes de priorizar os ODS que fazem sentido em cada contexto (Ferreira, Faria, & Cardoso, 2015, p. 22).

2.3. Políticas de cooperação portuguesa

Em Portugal, o Camões – Instituto da Cooperação e da Língua é a entidade responsável pela coordenação das políticas de cooperação que envolvem a gestão de atividades entre os vários parceiros, sejam eles estatais ou não estatais (República Portuguesa, 2014; Plataforma Portuguesa das ONGD, 2019). Antes de se tornar no atual Camões – Instituto da Cooperação e da Língua em 2012, através da fusão do Instituto Camões e do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, esta instituição já havia sofrido diversas transformações (Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, 2016). A sua história inicia em 1929, aquando da criação da Junta de Educação Nacional, que tinha como objetivo de europeizar a ciência e pedagogia em Portugal (Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, 2016). A partir deste momento, Portugal passa a ter um organismo de gestão do sistema científico nacional (Camões - Instituto

da Cooperação e da Língua, 2016). Em 1952, dá-se a junção da Junta de Educação Nacional com o Instituto para a Alta Cultura – que, juntos, haviam criado diversos centros de investigação, dentro e fora de universidades –, formando o Instituto de Alta Cultura, que dura até 1976 (Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, 2016). Nesta altura, era clara a necessidade de ligação entre a ciência e a cultura para as instituições portuguesas, tendo como objetivo o desenvolvimento económico (Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, 2016). Contudo, para permitir um maior foco nas questões de difusão da língua e cultura, foi necessária uma reorganização do Instituto de Alta Cultura nos anos 1960, no qual é criada a Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica – atual Fundação para a Ciência e Tecnologia (Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, 2016). Esse foco foi mantido tanto pela Instituto de Alta Cultura, bem como pelas instituições sucessoras: o Instituto da Cultura Portuguesa (de 1976 a 1980), o Instituto de Cultura de Língua Portuguesa (de 1980 a 1992), e o atual Camões - Instituto da Cooperação e da Língua (desde 1992) (Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, 2016).

Apesar da longa história do Instituto Camões no que diz respeito à cooperação, só em 1999 houve a criação de um documento de estratégia para o desenvolvimento, denominado de “A Cooperação Portuguesa no Limiar do Século XXI”, onde é feita uma descrição completa da política de cooperação portuguesa e no qual a língua é considerada como ponto fulcral na prossecução da primeira das várias prioridades sectoriais presentes no documento (“Formação, educação, cultura e património”), dado que “Portugal partilha com os PALOP e o Brasil um meio de comunicação privilegiado, o português”, segundo o mesmo documento (Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2006; Presidência do Conselho de Ministros, 1999).

Anos depois, em 2005, foi lançado o documento “Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa”, onde houve uma maior clarificação dos objetivos da cooperação portuguesa e dos respetivos métodos para a sua concretização (Martins, Silva, & Coelho, 2020). Foi com este documento que se introduziram os *clusters*: projetos que partilham o mesmo enquadramento e área geográfica, “embora executados por diferentes instituições” (Martins, Silva, & Coelho, 2020, p. 21).

Em 2010, é publicada uma Resolução de Conselho de Ministros sobre o reconhecimento das políticas para o desenvolvimento na política externa e, em 2014, surge o “Conceito Estratégico de Cooperação Portuguesa 2014-2020” que, segundo Costa, aposta mais no setor privado e na língua (Presidência do Conselho de Ministros, 2010; Martins, Silva, & Coelho, 2020; Costa, 2014). O autor ainda afirma que a língua portuguesa é colocada como elemento

fundamental da cooperação, pelo que há um retorno aos “conceitos dos anos 60 e 70 que se julgavam ultrapassados, muito ligados a uma lógica de perpetuação do domínio colonial ou pós-colonial” e que incluem os pilares da política externa portuguesa: “integração, europeia; a relação transatlântica e o espaço lusófono” (República Portuguesa, 2014, p. 12).

O documento que sucede o “Conceito Estratégico de Cooperação Portuguesa 2014-2022” foi denominado de “Estratégia da Cooperação Portuguesa 2030”, sendo publicado em julho de 2022 e submetido a consulta pública até ao passado mês de setembro de 2022 (República Portuguesa, 2022). Esta versão preliminar sobre a estratégia de cooperação a adotar por Portugal até 2030 tem como principais objetivos o combate da pobreza e garantir de um desenvolvimento justo e digno, no qual são respeitados os direitos e liberdades fundamentais (República Portuguesa, 2022). Tal como os anteriores documentos relativos à cooperação portuguesa, também este privilegia a intervenção nos PALOP e Timor-Leste – embora contacte com outras áreas geográficas, como é exemplo a América Latina –, e tem como prioridades setoriais a cooperação para o desenvolvimento, a educação para o desenvolvimento e a ação humanitária e de emergência (República Portuguesa, 2022).

Mesmo não se podendo chegar a qualquer conclusão a partir da “Estratégia da Cooperação Portuguesa 2030”, dado que esta ainda não foi aprovada e o documento acedido se constitui enquanto versão preliminar – podendo sofrer diversas alterações até ao momento da sua aprovação e publicação –, é possível explorar a narrativa dos três documentos de estratégia nacional de cooperação para o desenvolvimento já aprovados, mencionados nos últimos parágrafos, focando no papel da língua portuguesa e no reforço do seu poder simbólico⁸. Nestes, verifica-se que a língua portuguesa é percecionada enquanto meio para o desenvolvimento a vários níveis – económico, social e cultural – da CPLP, dado que existe um desejo de expansão da língua portuguesa (Martins, Silva, & Coelho, 2020). Contudo, este foco deve-se à procura de poder económico por parte de Portugal sobre outros países, em que a língua é uma componente de *soft power*⁹ (Martins, Silva, & Coelho, 2020).

Durante o período colonial, línguas como o crioulo foram proibidas no espaço público por não serem “civilizadas”, ao contrário do português, que era a única língua permitida (Martins,

⁸ Conceito utilizado por Bourdieu que remete para a relação entre entidades com poder e entidades sujeitas a esse mesmo poder, na qual os resultados favorecem os atores poderosos sem que seja necessário recorrer à força física ou económica (Bourdieu, 1989).

⁹ Conceito introduzido por Joseph Nye, que alude para a capacidade de um país de estabelecer preferências que, não sendo perceptíveis imediatamente, podem interferir na cultura, ideologia ou mesmo instituições de outro país (Nye, 1990). Este conceito é contrastante com o *hard power*, normalmente associado a poder militar e/ou económico (Nye, 1990).

Silva, & Coelho, 2020). Estes binómios limitadores continuam a aplicar-se à utilização do conceito de desenvolvimento já mencionado nesta dissertação, em que existem indicadores *one-size-fits-all* que definem o que é um país desenvolvido ou não desenvolvido, não tendo em consideração os diversos contextos existentes no mundo, cuja perceção e uso de conceitos variam de local para local.

Apesar de o fim do colonialismo português e do dismantelamento das suas estruturas formais se ter dado em 1975, estas “abriram espaço ao surgimento de relações de colonialidade cultural, mais duradouras e de carácter simbólico, perpetuando a dominação colonial” (Martins, Silva, & Coelho, 2020, p. 24). Segundo os autores, ainda hoje se sentem os efeitos das políticas proibitivas da língua na época colonial, como é exemplo a manutenção da língua portuguesa enquanto única língua oficial na Guiné-Bissau, em Cabo Verde, em Moçambique e em Angola (Martins, Silva, & Coelho, 2020).

A atual centralização da cooperação portuguesa no Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, entidade responsável pela coordenação e manutenção da política externa portuguesa no que diz respeito a questões relacionadas com a cooperação internacional, bem como a promoção da língua e cultura portuguesas, corrobora a perspectiva da língua enquanto componente do *soft power* (Martins, Silva, & Coelho, 2020).

“Nesse sentido a utilização da noção lusófona recobre o discurso (onírico) de fixar na língua o sedimento para uma identidade comum, e respectiva conjugação de propósitos internacionais através do postular de vínculos (afectivos, culturais) emanados dessa partilha linguística. Sendo assim um desígnio com evidentes propósitos políticos, ainda que estes sejam, como referi, da ordem da mera aspiração. E é também uma tresleitura do passado, ocupada em apagar a conflitualidade histórica, e do presente, postulando comunhões inexistentes (Margarido 2000; Vale de Almeida 2000, 2007). Ocupada, acima de tudo, em afrontar uma imagem portuguesa de um Portugal como se este mirrado após o ocaso colonial. Assim obliterando o passado, treslendo o presente e enublado o futuro.”

(Teixeira, 2014, p. 13)

Deste modo, as estratégias de cooperação portuguesas continuam assentes na ligação com os PALOP e Timor-Leste, ignorando as relações coloniais que se estabeleceram. Embora a “Estratégia da Cooperação Portuguesa 2030” apresente novas e diferentes prioridades setoriais, considerando os documentos de estratégia anteriormente aprovados, a língua continua a ser

utilizada como elemento unificador dos PALOP, ignorando a sua origem e o passado colonial que a antecede.

2.3.1. Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD)

A Ajuda Pública ao Desenvolvimento é um mecanismo de ajuda governamental a países ditos “em desenvolvimento”, criado pelo CAD em 1969, e que dura até à atualidade, constituindo-se como a principal fonte de financiamento para o desenvolvimento (OECD, 2021). Pode-se materializar sob a forma de projetos, programas, financiamento de ONGD ou organismos multilaterais, ou mesmo em operações de alívio da dívida (Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, 2015). Para que investimentos se considerem enquanto parte da APD, estes têm de cumprir alguns requisitos, como são exemplo a contribuição para o desenvolvimento económico dos países definidos como “recetores” – através de uma lista desenvolvida pelo CAD a cada três anos –, bem como a transferência de donativos ou empréstimos concessionais, dos quais pelo menos 25% são para doação e cujas condições sejam mais favoráveis que as do mercado (Organisation for Economic Co-operation and Development, 2020; Ferreira, 2014). A lista elaborada pelo CAD inclui os países e territórios elegíveis para receber Apoio ao Desenvolvimento, sendo que todas as ex-colónias portuguesas em África estão mencionadas (Angola, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Moçambique e Cabo Verde) (Organisation for Economic Co-operation and Development, 2021).

A conceção da APD não sofreu muitas modificações desde a sua criação em 1972, tendo apenas registado algumas adaptações ao longo dos anos que envolvem os custos administrativos das agências doadoras, os custos do ensino de estudantes de um país recetor num país doador, assim como a segurança e apoio a migrantes (Plataforma Portuguesa das ONGD, 2019; Ferreira, 2014). Apesar de a APD não cobrir custos militares, as alterações feitas em 2016-2018 quanto à questão dos refugiados permitiram a existência de formação militar em países ditos “em desenvolvimento” e assistência a pessoas refugiadas nos países doadores no formato de ajuda humanitária (Plataforma Portuguesa das ONGD, 2019, p. 40).

Em Portugal, a APD tem vindo a diminuir desde 2011, sendo que em 2015 registou a queda mais acentuada (*Figura 2.1*), apesar de ter sido o ano em que o país reforçou o seu empenho no cumprimento dos compromissos internacionais, nomeadamente os ODS (Plataforma Portuguesa das ONGD, 2019). Esta tendência de decréscimo no investimento da APD bilateral já teria sido apontada pelo CAD como uma falha, tendo em consideração o acordo feito entre Portugal e organizações internacionais de desenvolvimento de alocar 0,7% do RNB para APD

até 2030 (Plataforma Portuguesa das ONGD, 2019). Contudo, só cinco países do CAD/OCDE atingiram esta percentagem: Suécia, Luxemburgo, Noruega, Dinamarca e Reino Unido (Plataforma Portuguesa das ONGD, 2019).

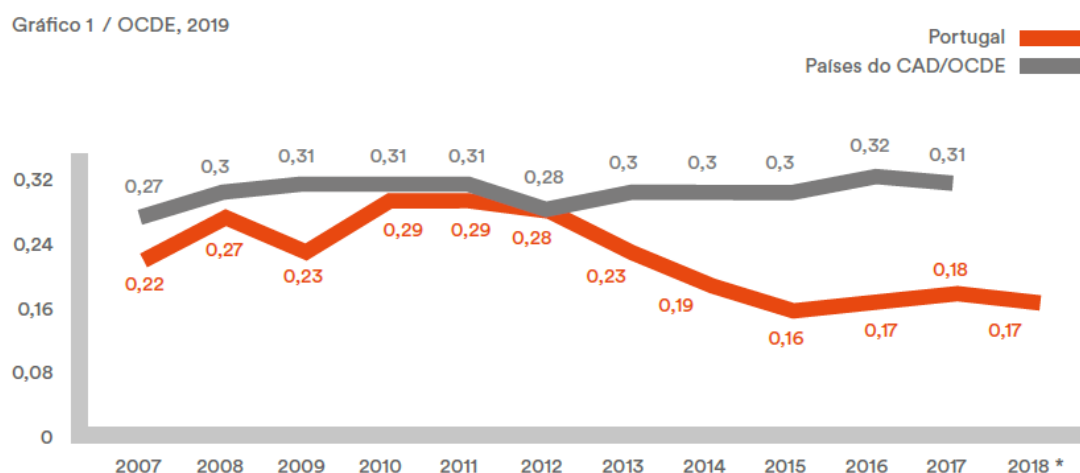


Figura 2.1- Percentagem do RNB dedicado à APD média dos países do CAD/OCDE e de Portugal (evolução entre 2007 e 2017) - em cash flow
 Fonte: (Plataforma Portuguesa das ONGD, 2019, p. 13)

Adicionalmente, os ODS (Objetivo 17¹⁰) preveem que a implementação dos mesmos seja feita através de uma parceria global forte, que inclui o esforço e o compromisso dos países ditos desenvolvidos para com os países considerados menos desenvolvidos, no sentido de haver objetivos específicos para a ajuda financeira – como é exemplo a alocação de 0,7% do RNB na APD (Plataforma Portuguesa das ONGD, 2019).

Apesar do decréscimo do investimento português na APD bilateral, regista-se um aumento no que diz respeito à APD multilateral, que envolve o financiamento de organizações internacionais (Plataforma Portuguesa das ONGD, 2019). Em 2018, foram canalizados 217 milhões de euros para organizações multilaterais – cerca de 68% da APD portuguesa –, e 104 milhões para APD bilateral (Figura 2.2) – cerca de 32% (Plataforma Portuguesa das ONGD, 2019). O destino principal da APD multilateral foi a Comissão Europeia, com 172,5 milhões de euros – cerca de 79,6% da APD multilateral –, e os restantes 44,5 milhões de euros foram para os Bancos de Desenvolvimento (Fundo Africano de Desenvolvimento e Banco Asiático de Desenvolvimento) (Plataforma Portuguesa das ONGD, 2019).

¹⁰ “Parcerias para a Implementação dos Objetivos”. Mais informações sobre este objetivo podem ser encontradas em (Organização das Nações Unidas, 2022).

Gráfico 3 / Camões, I.P./GPPE, 2019

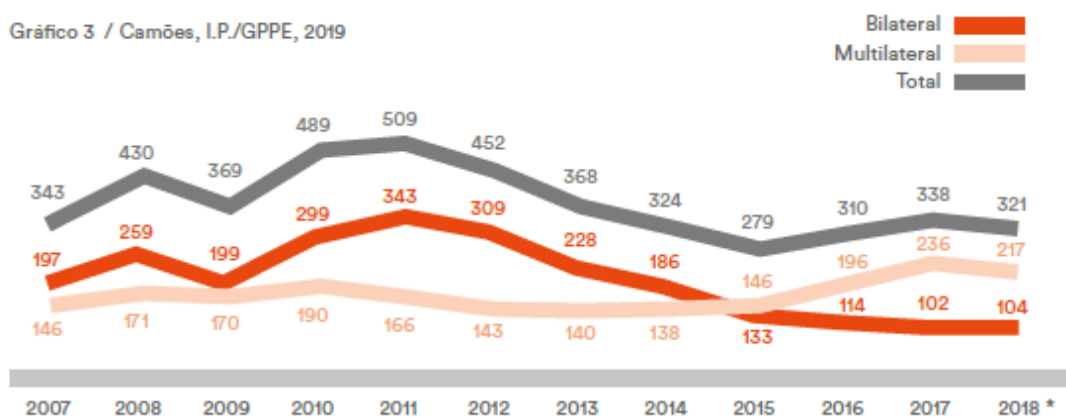


Figura 2.2 - APD Portuguesa - bilateral, multilateral e total - entre 2007 e 2018 - em milhões de euros, preços correntes

Fonte: (Plataforma Portuguesa das ONGD, 2019, p. 16)

Os fundos canalizados para a APD bilateral portuguesa concentram-se principalmente em intervenções tipo projeto, correspondendo a 73,5 milhões de euros em 2018 (Plataforma Portuguesa das ONGD, 2019). Além disso, as contribuições feitas são fortemente aplicadas nos PALOP e em Timor-Leste, que são, do mesmo modo, considerados Países Menos Avançados pelo CAD, com a exceção de Cabo Verde (Plataforma Portuguesa das ONGD, 2019).

Segundo o relatório da Plataforma Portuguesa das ONGD, a valorização monetária da APD multilateral em detrimento da APD bilateral (que se tem vindo a notar desde 2015) em Portugal não teve em consideração outros atores da cooperação portuguesa – nomeadamente a sociedade civil –, implicando a mudança nas dinâmicas já estabelecidas com “países parceiros” (Plataforma Portuguesa das ONGD, 2019, p. 17). É, deste modo, necessária uma “sociedade civil independente e robusta” para que se demonstre e intensifique a Eficácia do Desenvolvimento (Plataforma Portuguesa das ONGD, 2019, p. 48). A Plataforma denuncia ainda as várias restrições feitas a nível financeiro e legal e no âmbito do desenvolvimento global, apesar de a sociedade civil ser considerada pela comunidade internacional um dos pilares da cooperação para o desenvolvimento (Plataforma Portuguesa das ONGD, 2019).

Em Portugal, o cenário difere um pouco do que se observa a nível global, pelo que a sociedade civil possui alguma capacidade de expressão e espaços de reunião (Plataforma Portuguesa das ONGD, 2019). Todavia, “há (...) margem para melhoria em termos do financiamento disponibilizado para iniciativa das ONGD e para participação no diálogo político, sobretudo em processos de definição estratégica de políticas públicas”, sendo necessária uma sociedade civil com mais expressão e que possa advogar as suas necessidades (Plataforma Portuguesa das ONGD, 2019, p. 49).

Capítulo 3 - As ONG e o voluntariado internacional

3.1. A evolução das ONG até à atualidade

De forma a melhor compreender a cooperação portuguesa para o desenvolvimento, o aprofundar da questão das ONG e ONGD torna-se incontornável, dada a sua importância no panorama nacional e internacional.

As ONGD são consideradas atores fundamentais na cooperação para o desenvolvimento, dado o trabalho que desempenham no terreno e a proximidade a outras organizações da sociedade civil (Plataforma Portuguesa das ONGD, 2019). Além disso, possuem um papel político preponderante, visto que contribuem para a construção, execução e avaliação de políticas públicas, bem como a promoção do “desenvolvimento e em cooperação com a consecução dos ODS” (Plataforma Portuguesa das ONGD, 2019; Libório, 2021, p. 81).

Segundo Sally Leverty, ONG são grupos voluntários e sem fins lucrativos que se podem organizar a nível local, nacional ou internacional, com o objetivo de colmatar os problemas existentes nas regiões onde atuam (Leverty, 2008). A partir dos anos 1980, as ONG começaram a ganhar cada vez mais destaque, sendo que eram consideradas organizações que traziam consigo novas perspetivas para a resolução dos problemas do desenvolvimento (Lewis & Kanji, 2009). As vantagens das ONG face ao *status quo* centravam-se nas novas abordagens no que concerne à participação e empoderamento, bem como a questões de género (Lewis & Kanji, 2009). No entanto, devido às expectativas irreais criadas face às ONG, acabou por haver reações negativas a estas nos anos 1990 (Lewis & Kanji, 2009). Em Portugal, o desenvolvimento das ONG dá-se após o 25 de abril de 1974, havendo um crescimento mais acentuado a partir de 1990 até ao ano de 2009 (Silva & Assis, 2022).

Nas últimas décadas, as ONG têm-se constituído como atores importantes no desenvolvimento, principalmente no que diz respeito a emergências, resolução de conflitos, defesa dos Direitos Humanos, ativismo ambiental, democracia e análise de políticas (Lewis & Kanji, 2009). Apesar de não haver números precisos sobre a quantidade de ONG existentes no mundo, sabe-se que o seu crescimento se deu fundamentalmente a partir dos anos 1980 e que têm assumido objetivos cada vez mais distintos, dependendo assim do contexto social, económico e cultural em que se encontram (Lewis & Kanji, 2009). Este fenómeno tornou a classificação e definição de ONG bastante complexa, dada a diversidade de ONG criadas até à atualidade (Lewis, 2010). Adicionalmente, apesar de o termo mais comumente referido ser

“ONG”, existem outras expressões que podem ser utilizadas para descrever uma organização (como são exemplo “organização voluntária” ou “organização sem fins lucrativos”¹¹), sendo que o seu uso depende do contexto geográfico em que é criada, assim como dos tipos de atuação e composição (Lewis, 2010, p. 1056).

No que diz respeito à estrutura, as ONG assumem formas bastante heterogéneas, tal como afirma Lewis e Kanji (2009)

“(...) NGOs may be large or small, formal or informal, bureaucratic or flexible. In terms of funding, many are externally funded, while others depend on locally mobilized resources. Some may be well resourced and affluent, while others may be leading a ‘hand to mouth’ existence, struggling to survive from one year to the next. There are NGOs with highly professionalized staff, while others rely heavily on volunteers and supporters. In terms of values, NGOs are driven by a range of motivations. There are secular NGOs, as well as increasing numbers of ‘faith-based’ organizations. Some NGOs may be charitable and paternalistic, others seeking to pursue radical or ‘empowerment’-based approaches. A single NGO may combine several of these different elements at any one time.”

(Lewis & Kanji, 2009, pp. 3-4)

Segundo um exercício de recolha de dados de 150 sites de ONG na *Internet*, pode-se afirmar que as ONG portuguesas também assumem diversas origens, objetivos e formas de organização e dinamização de ações (Silva & Assis, 2022, p. 25). Desta forma, sendo um grupo tão diverso, as ONG não podem ser generalizadas a um nível global, dado que assumem papéis diferentes, podendo ser uma das respostas para a mudança social ou, por outro lado, para perpetuação do *status-quo* (Silva & Assis, 2022; Lewis & Kanji, 2009).

Neste sentido, Kamat (2003) alerta para a relação que muitas ONG mantêm com os interesses capitalistas, em que passam a funcionar como empresas privadas e, portanto, começam a ter como principal objetivo a obtenção de lucro. Este tipo de pensamento associado a organizações que têm, na sua maioria, o propósito de ajudar as pessoas mais desfavorecidas é bastante perigoso, pelo que obriga as ONG a percecionarem a pobreza não como o resultado de um sistema económico desigual, mas sim como um desperdício de oportunidades por parte das pessoas pobres (Kamat, 2003). Desta forma, o empoderamento torna-se num processo bastante individualizado – fruto de uma noção de empoderamento neoliberal –, focando-se apenas nas

¹¹ Tradução livre a partir do artigo citado.

capacidades e necessidades pessoais, e ignorando as causas estruturais da pobreza (Kamat, 2003).

“The individual is posited as both the problem and the solution to poverty rather than as an issue of the state’s redistribution policies or global trade policies. The popularity of micro-credit programmes among donor agencies can be understood within this context where the state is no longer responsible for creating employment, and the poor are expected to strengthen their own capacities toward livelihood security. Livelihood security becomes a matter of optimal utilization of the abilities and resources that one possesses. In the absence of critical education and awareness building, alternatives to the dominant economic regime are less likely to emerge, as are new understandings of collective good.”

(Kamat, 2003, p. 91)

A visão do empoderamento enquanto processo individual popularizou-se, dado o interesse crescente pela ideia de que desenvolvimento se poderia dar através de mudanças pessoais, como por exemplo que o microfinanciamento de negócios e o empreendedorismo de mulheres se traduz em empoderamento (Lewis & Kanji, 2009). Todavia, esta visão contrasta fortemente com a noção de empoderamento de Paulo Freire e a sua teoria de “conscientização”, que almejava um empoderamento realizado de forma coletiva, através da organização de grupos de base por pessoas cujo objetivo seria apenas facilitar (e não decidir ou atuar) o seu processo (Lewis & Kanji, 2009, p. 78).

Para a Kamat, a democracia torna-se um projeto cada vez mais distante com a individualização do empoderamento e a visão neoliberal dentro das ONG – assumindo que o setor das ONG deseje assumir um papel autónomo face ao Estado e ao capital (Kamat, 2003). Um dos exemplos mais gritantes dos efeitos deste tipo de conceção é a mudança de objetivos e das próprias estruturas organizativas das ONG para ceder à demanda das agências internacionais (Kamat, 2003). Além disso, Silva & Assis apontam como um dos principais desafios das ONG portuguesas a necessidade de repensar prioridades e formas de atuação, tanto a nível nacional como internacional (Silva & Assis, 2022).

Como José Monteiro aponta na 1ª entrevista realizada, a Oikos encontra-se dependente de financiamento de doadores externos para que continue a funcionar. Embora a situação ideal

fosse um “contrato de programa”¹² que permitisse à organização gerir melhor as próprias intervenções nos locais, a situação atual obriga a que a ONG encaixe as “necessidades que sabemos que uma comunidade tem nas prioridades dos doadores”. Assim, face aos projetos apresentados pelas agências nacionais e internacionais para o desenvolvimento – sejam eles a “Conservação do Oceano” ou “Resiliência Climática das comunidades”, por exemplo –, o trabalho da organização prende-se com o enquadramento do seu “portefólio” nos projetos aos quais se irão candidatar – que duram em média três anos (Monteiro, 2022).

“A Oikos, neste momento, tem 30 projetos a decorrer e devemos ter umas 40 ou 50 candidaturas apresentadas à espera de resposta. Isto é um bocadinho stressante e não permite toda a continuidade que nós queríamos, mas em Portugal não há contratos de programa para as ONG (...) e não há doadores privados em quantidade suficiente para que possamos ter uma produção independente, por assim dizer. (...) Se o financiamento é descontínuo a intervenção acaba necessariamente por ser descontínua.”

(Monteiro, 2022)

O processo de candidatura nunca é, portanto, totalmente livre para as organizações, dado que muitas das ONG portuguesas estão baseadas em atividades tipo projeto financiadas por agências nacionais e internacionais, não tendo muita liberdade no que diz respeito às suas ações no terreno (Monteiro, 2022). A única solução para as ONG é tentar conseguir financiamento de entidades como o Instituto Camões ou a União Europeia, de modo que consigam continuar os projetos que idealizam com a comunidade de uma determinada região (Monteiro, 2022).

“Há projetos de cooperação que nós sabemos que se mantêm durante 30, 40 anos a funcionar e não se vê no terreno (...) melhorias significativas ou veem-se melhorias muito mais lentamente (...). Normalmente são projetos que vieram de cima, vieram de fora, impõem algumas coisas e depois na realidade não se implementam bem no terreno e nós tentamos sempre combater isso”.

(Monteiro, 2022)

A escolha dos temas dos projetos a financiar, sendo feita por agências e doadores internacionais, pode alterar-se consoante os interesses dos próprios doadores e do mercado (Lewis, 2010). Deste modo, fica ao critério dos doadores internacionais o auxílio às comunidades ou locais mais desfavorecidos no combate à pobreza e desigualdades, assim como

¹² Este sistema de contrato consiste no recrutamento de ONG por doadores bilaterais para desempenhar funções específicas num programa ou projeto conduzido pelo governo ou pelo doador (Lewis & Kanji, 2009).

a consideração pelas perspectivas ou necessidades das ONG, que muitas vezes já têm experiência no terreno, como é o caso da Oikos (Lewis & Kanji, 2009) (Monteiro, 2022). José Monteiro alerta para as decisões tomadas por doadores e agências internacionais, que muitas vezes aplicam projetos não tendo em consideração as realidades vividas no terreno e as verdadeiras necessidades das populações, pois os projetos de desenvolvimento são elaborados sem a inclusão das comunidades, percecionando as pessoas locais apenas como “beneficiárias” e não como participantes no seu próprio processo de libertação (Monteiro, 2022; Lewis & Kanji, 2009, p. 194).

3.2. Voluntariado internacional e as relações de poder Norte-Sul Global

O voluntariado internacional dos países do Norte Global para os países do Sul Global iniciou-se após a Segunda Guerra Mundial, integrando uma parte fundamental das ONG (Appe, 2022). Este tipo de voluntariado refere-se, geralmente, à estadia de uma pessoa a curto ou a longo prazo num país onde não vive, cujo pagamento ou ajuda é mínima (Georgeou & Engel, 2011).

A partir dos anos 2000, surgiu uma maior abertura quanto ao tema do voluntariado internacional através da organização de conferências e a criação de plataformas *online* por parte da ONU e outros financiadores, incentivando a prática (Georgeou & Engel, 2011).

Atualmente, muitas das ONG (do Norte Global) a operar no continente africano estão dependentes de ajuda internacional, vinda de doadores institucionais (através da APD e outros programas) ou de doações particulares vindas do Norte Global, como já verificado no subcapítulo anterior (Appe, 2022). Este tipo de financiamento às ONG é, muitas vezes, considerado uma alternativa à cooperação entre governos, pois as ONG são percecionadas como complemento e suporte das funções governamentais numa determinada região, prestando diversos serviços a comunidades “inacessíveis”¹³ (Appe, 2022, p. 127). Todavia, esta visão resulta na constante doação de dinheiro vindo do Norte Global – seja através de doadores institucionais ou privados – diretamente para ONG, que posteriormente formam parcerias com outras organizações locais em projetos e programas para o desenvolvimento (Appe, 2022).

Uma vez que o voluntariado internacional desempenhado pelas ONG é uma atividade dominada por quem financia – neste caso, doadores do Norte Global –, esta encontra-se alicerçada em tradições, história, cultura e costumes ocidentais, existindo um legado colonial evidente (Appe, 2022). Redy Lima afirma, tendo em consideração a sua experiência em Cabo

¹³ Tradução livre a partir do artigo citado.

Verde, que existe um discurso público e um discurso privado no que diz respeito à cooperação portuguesa e as suas ligações com a ONG.

“O discurso público deseja cortar essa prática neocolonial (...), mas esses projetos estão dentro das ajudas para o desenvolvimento, e a própria lógica de ajuda para o desenvolvimento é (...) neocolonial. O que eu reparo é que há pessoas nos projetos que têm uma perspetiva diferente e que tentam fazer as coisas de forma diferente (...). Agora, o sistema em si é montado no período tardo-colonial e, portanto, [existe] toda uma narrativa paternalista. (...) Os discursos (...) podem ser interessantes (...), mas depois a lógica do trabalho é um pouco diferente (...), é sempre naquela perspetiva do ensinar o outro, do educar o outro. (...) Acaba por ter essas narrativas, embora (...) inconscientemente”

(Lima, 2022)

Desta forma, o voluntariado internacional pode contribuir para a replicação e reforço de desigualdades existentes a nível global criadas durante o período colonial e, portanto, tem vindo a ser criticado, dada a manutenção da relação de poder entre os países do Norte e do Sul Global (Ape, 2022). Devereux afirma que,

“At its worst, international volunteering can be imperialist, paternalistic charity, volunteer tourism, or a self-serving quest for career and personal development on the part of well-off Westerners. Or it can be a straightforward provision of technical assistance for international development. (...) At its best, I argue, international volunteering brings benefits (and costs) to individual volunteers and the organisations with which they work, at the same time as providing the space for an exchange of technical skills, knowledge, and cross-cultural experience in developing communities. Most significantly, volunteering can raise awareness of, and a commitment to, combating existing unequal power relations and deep-seated causes of poverty, injustice, and unsustainable development. In this way, international volunteering has the potential to challenge the economic and technical focus of globalization in favour of people connecting and relating with each other on a global scale. Long-term international volunteering can thus deepen the relational nature of development and the power of solidarity.”

(Devereux, 2008, p. 358)

Redy afirma que, nos projetos de cooperação internacional, o combate ao neocolonialismo depende das pessoas e da sua própria consciência política e social nos locais onde atuam. Existem pessoas que criticam o *status quo* e tentam fazer diferente, questionando as lógicas já traçadas. No entanto, este comportamento parte de uma visão individual e não de diretrizes institucionais ou organizacionais (Lima, 2022).

A Oikos esclareceu, desde o primeiro contacto, que o voluntariado internacional não existe na organização desde 2010. Segundo José Monteiro,

“(…) Nunca foi a aposta da Oikos desde início. (…) Nós não fechamos a porta a fazer voluntariado internacional ou a ter algum voluntário em algum país mas, na realidade, também não investimos nisso. Para se fazer projetos de voluntariado bons, decentes e com impacto na comunidade – que, na realidade, não são tantos assim porque existe um “mercado” – é preciso investir e orientar toda a organização para isso.”

(Monteiro, 2022)

Assim, a não perpetuação da relação colonial através da realização de voluntariado internacional noutros países depende apenas da posição crítica das ONG ou das pessoas voluntárias face às ligações coloniais Norte-Sul Global. Tal como Redy Lima mencionou, dado que não existe qualquer alteração ou repensar das estruturas neocoloniais nas lógicas de cooperação para o desenvolvimento em Portugal, resta apenas às pessoas e às organizações no terreno uma posição crítica do sistema internacional, tentando fazer melhor nos projetos em que se encontram.

Capítulo 4 - Discussão

O objetivo desta dissertação prende-se com perceber em que medida as estratégias de cooperação portuguesas reproduzem uma relação neocolonial com as ex-colónias em África e como essa narrativa se reproduz nas ONG. Assim, tornou-se importante abordar os conceitos de desenvolvimento, cooperação para o desenvolvimento, ONG e voluntariado internacional, tanto numa perspetiva global como nacional.

Os efeitos da Segunda Guerra Mundial e a consequente conscientização sobre a necessidade de paz no mundo trouxeram consigo os conceitos de desenvolvimento e cooperação internacional, com a perspetiva de erradicar a pobreza nas áreas consideradas menos desenvolvidas no mundo. Contudo, esta narrativa justificou a intervenção dos países ex-colonizadores nas ex-colónias em África, mesmo depois da sua descolonização, gerando ainda mais pobreza e dívida. Assim, durante a análise presente nesta dissertação, torna-se evidente que as intervenções dos países ditos desenvolvidos no continente africano são aplicadas não tendo em consideração o contexto específico de cada país que o compõe, baseando-se numa perspetiva de *one-size-fits-all*.

A cooperação para o desenvolvimento é percecionada como a solução para colmatar os problemas vividos por todo o mundo, sendo que os ODM e ODS constituem-se como as maiores estratégias mundiais de combate à pobreza a vários níveis. No entanto, estes objetivos, formulados décadas após a introdução do conceito de desenvolvimento no discurso institucional, falharam novamente em considerar a realidade específica do continente africano. Assim, são formas de neocolonialismo que visam a perpetuação da força e do poder ocidental através do discurso sobre o desenvolvimento, pois focam-se apenas no contexto dos países ocidentais. Em Portugal, apesar do fim do colonialismo e da independência das colónias em 1975, continua a existir uma relação neocolonial com os PALOP, pelo que a língua surge enquanto componente do *soft power* nos documentos relativos às estratégias de cooperação portuguesa até aos dias de hoje.

As ONG constituem-se enquanto atores importantes na cooperação para o desenvolvimento, principalmente no que diz respeito a emergências, resolução de conflitos, defesa dos Direitos Humanos, ativismo ambiental, democracia e análise de estratégias de cooperação internacional. Contudo, estando dependentes de estruturas hierárquicas de financiamento, a escolha de locais de atuação ou projetos que lhes interesse desenvolver encontram-se bastante limitadas. Uma vez que são as agências e doadores internacionais que

financiam os projetos de cooperação a desenvolver num determinado local, não existe uma escolha livre por parte das organizações, resultando na instabilidade financeira das ONG, dado que não lhes é possível decidir projetos futuros ou áreas de atuação. Além disso, os financiadores dos projetos muitas vezes requerem resultados rápidos, não tendo em consideração as necessidades específicas a cada projeto e os efeitos nas comunidades que pretendem ajudar (Monteiro, 2022).

Adicionalmente, considera-se importante verificar qual a relação entre as ONG e o voluntariado internacional, dada a sua proximidade desde a Segunda Guerra Mundial, nos projetos do Norte para o Sul Global. Através dos testemunhos de Redy Lima e José Monteiro, foi possível entender que muitas são as organizações do Norte Global que se deslocam para o continente africano, incluindo ONG portuguesas (Lima, 2022). No entanto, se não existir uma posição crítica da pessoa voluntária ou da ONG face às estratégias de cooperação que envolvem as organizações e a sua atuação no continente africano, o estabelecimento de uma relação neocolonial é “natural”, já que está assente nas próprias lógicas de cooperação, como afirma Redy Lima (Lima, 2022).

Assim, dada a análise realizada durante a dissertação e cujo último subcapítulo se centra no voluntariado internacional por parte das ONG, torna-se interessante fazer alguns apontamentos quanto à longa história intervenção dos países ocidentais no continente africano, seja através dos discursos sobre o desenvolvimento, a cooperação para o desenvolvimento, bem como as intervenções das ONG a propósito de projetos que podem ou não incluir o voluntariado internacional. Dentro destes temas, é possível reconhecer que existem semelhanças nas estratégias de intervenção no continente africano. Além de nos conceitos e documentos considerados “universais” não estarem contempladas as suas prioridades, essa visão transpõe-se também no que concerne as estratégias de cooperação e as intervenções das ONG. Torna-se, deste modo, evidente a constante desvalorização do continente africano e das suas vozes dentro do panorama internacional. A sua emancipação torna-se, assim, cada vez mais complicada, pois, mesmo não existindo estruturas coloniais oficiais como na época colonial, os povos africanos continuam a depender dos países ditos desenvolvidos – incluindo Portugal – para continuar o seu “processo de desenvolvimento”, estabelecendo relações neocoloniais.

Assim, urge visitar as palavras de Paulo Freire,

“A presença dos oprimidos na busca de sua libertação, mais que pseudo-participação, é o que deve ser: engajamento”.

(Freire, 2018, p. 78)

Considerações finais

A presente dissertação teve como objetivo verificar em que medida as estratégias de cooperação portuguesas continuam a perpetuar uma relação neocolonial com as ex-colónias, assim como os seus efeitos nas ONG.

Neste sentido, foram introduzidos os conceitos de desenvolvimento, cooperação para o desenvolvimento, ONG e voluntariado internacional, contextualizando-os ao histórica e temporalmente, e procurando relacioná-los com o neocolonialismo, de modo a responder às questões orientadoras da pesquisa. Através deste processo de investigação, torna-se possível concluir que a cooperação portuguesa para o desenvolvimento continua a seguir uma estrutura neocolonial, visto que está, em grande parte, direcionada para as ex-colónias em África, e que existe uma relação de poder entre o país doador (dito desenvolvido) e os países recetores de ajuda (ditos em desenvolvimento). Esta relação traduz-se igualmente nas ONG, que não tendo autonomia financeira, estão dependentes de candidaturas a projetos de agências nacionais e internacionais que seguem uma lógica neocolonial, como afirma Redy Lima. Desta forma, resta à pessoa voluntária ou à ONG no terreno desafiar as próprias lógicas de cooperação dentro da sua possibilidade de ação, pois não existem mecanismos internacionais que coloquem em perspetiva as ligações coloniais da cooperação para o desenvolvimento.

Algumas das dificuldades na realização desta dissertação prenderam-se com a escassez de recursos bibliográficos que alberguem especificamente a cooperação portuguesa ou a sua relação com as ex-colónias, bem como os projetos de desenvolvimento das ONG portuguesas no continente africano. Apesar de existir bastante literatura no que diz respeito aos temas abordados na sua generalidade e a nível global, o mesmo não acontece quando se afunila ao caso português. Assim, as participações de Redy Lima e José Monteiro foram preciosas na compreensão mais alargada daquilo que são os efeitos práticos das estratégias de cooperação portuguesa.

Em investigações futuras, seria pertinente abordar o tema com um número maior de organizações, de modo a obter uma amostra mais significativa do que é a cooperação para o desenvolvimento em Portugal. Outra abordagem interessante seria analisar as organizações religiosas no âmbito do voluntariado internacional.

Bibliografia

- Afonso, M. M., & Fernandes, A. P. (2005). *Introdução à Cooperação para o Desenvolvimento*. Loures: Instituto Marquês de Valle Flôr; Oikos.
- Amaro, R. R. (2003). Desenvolvimento - um conceito ultrapassado ou em renovação? *Desenvolvimento e Saúde em África*(4), pp. 35-70.
- Appe, S. (2022). Grassroots INGOs in Africa: Perspectives on What They Are (and Are Not?). *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, 51(1), 125-147.
- Assembleia Constituinte. (1976). *Constituição da República Portuguesa*. Obtido de Assembleia da República: <https://www.parlamento.pt/Parlamento/Documents/CRP1976.pdf>
- Bourdieu, P. (1989). Sobre o poder simbólico. Em B. Brasil (Ed.), *O Poder Simbólico* (pp. 7-16). Lisboa: Difel.
- Camões - Instituto da Cooperação e da Língua. (2015). *Cooperação para o desenvolvimento*.
- Camões - Instituto da Cooperação e da Língua. (2016). *História do Instituto*. Obtido em 16 de maio de 2022, de Instituto Camões: <https://www.instituto-camoes.pt/sobre/sobrenos/gestao-sobrenos/historia>
- Camões - Instituto da Cooperação e da Língua. (2016). *História do Instituto Camões lançada a 5 de junho*. Obtido em 17 de maio de 2022, de Camões - Instituto da Cooperação e da Língua: <https://www.instituto-camoes.pt/sobre/comunicacao/sala-de-imprensa/comunicados-de-imprensa/historia-do-instituto-camoes>
- Castelo, C. (2014). Developing 'Portuguese Africa' in late colonialism: confronting discourses. Em J. M. Hodge, G. Hödl, & M. Kopf (Edits.), *Developing Africa: Concepts and Practices in twentieth-century colonialism* (pp. 63-86). Manchester: Manchester University Press.
- Cimadamore, A. D. (13 de julho de 2016). Global justice, international relations and the Sustainable Development Goals' quest for poverty eradication. *Journal of International and Comparative Social Policy*, pp. 1-18. doi:<http://dx.doi.org/10.1080/21699763.2016.1198267>
- Clarke, C. (2014). The Latin American structuralists. Em V. Desai, & R. B. Potter (Edits.), *The Companion to Development Studies* (pp. 92-96). Londres: Routledge.

- Costa, F. P. (2014). A política nas Políticas de Cooperação Portuguesa (1974-2014). *Política Internacional e Segurança*(10), pp. 141-176.
- Cullen, P., McCorriston, S., & Thompson, A. (2022). The “Big Survey”: Decolonisation, Development and the First Wave of NGO Expansion in Africa After 1945. *The International History Review*, 44(4), 721-750.
- Devereux, P. (2008). International volunteering for development and sustainability: outdated paternalism or a radical response to globalisation? *Development in Practice*, 18(3), 357-370.
- Durokifa, A. A., & Ijeoma, E. C. (2018). Neo-colonialism and Millennium Development Goals (MDGs) in Africa: A blend of an old wine in a new bottle. *African Journal of Science, Technology, Innovation and Development*, 10(3), 355-366. doi:10.1080/20421338.2018.1463654
- Escobar, A. (1995). *Encountering Development: The Making and Unmaking of the Third World*. Princeton : Princeton University Press.
- Fanon, F. (1963). *The Wretched of the Earth*. Nova Iorque: Grove Press.
- Ferreira, P. M. (2014). *A Ajuda ao Desenvolvimento: Revisão do conceito e novas abordagens* . Lisboa: Instituto Marquês de Valle Flôr.
- Ferreira, P. M., Faria, F., & Cardoso, F. J. (2015). *O papel de Portugal na Arquitetura Global do Desenvolvimento: Opções para o Futuro da Cooperação Portuguesa*.
- Freire, P. (2018). *Pedagogia do Oprimido* (64º ed.). São Paulo: Paz & Terra .
- Georgeou, N., & Engel, S. (2011). The Impact of Neoliberalism and New Managerialism on Development Volunteering: An Australian Case Study. *Australian Journal of Political Science*, 46(2), 297-311.
- Grupo de Trabalho Aid Watch da Plataforma Portuguesa das ONGD. (2017). *Relatório Aid Watch Portugal 2017 – A Cooperação Portuguesa no início da era pós-2015*. Lisboa: Plataforma Portuguesa das ONGD.
- Hickel, J. (5 de fevereiro de 2016). The true extent of global poverty and hunger: questioning the good news narrative of the Millennium Development Goals. *Third World Quarterly*, 37(5), pp. 749-767.
- Instituto Camões. (s.d.). *Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio*. Obtido de Instituto Camões: https://www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao/objectivos_desenvolv_milenio.pdf
- Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, Ministério dos Negócios Estrangeiros. (2006). *Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa*. Lisboa.

- Júnior, F. V. (2021). *Da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento às Políticas de Cooperação Portuguesas: um modelo de apoio à decisão*. Dissertação de Doutoramento em Ciências Sociais, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa.
- Kamat, S. (March de 2003). The NGO Phenomenon and Political Culture in the Third World. *Development*, 46(1), 88-93.
- Kilomba, G. (2019). Introdução: Tornando-se sujeito. Em G. Kilomba, *Memórias da Plantação: Episódios de Racismo Quotidiano* (pp. 23-27). Lisboa : Orfeu Negro.
- Kumar, S., Kumar, N., & Vivekadhish, S. (2016). Millennium Development Goals (MDGs) to Sustainable Development Goals (SDGs): Addressing Unfinished Agenda and Strengthening Sustainable Development and Partnership. *Indian Journal of Community Medicine*, pp. 1-4.
- Lancaster, C. (2006). *Foreign Aid: Diplomacy, Development, Domestic Politics*. Chicago: University of Chicago Press.
- Langan, M. (2018). *Neo-Colonialism and the Poverty of "Development" in Africa*. Newcastle: Palgrave Macmillan.
- Leverly, S. (2008). *NGOs, the UN and APA*. Obtido em 10 de setembro de 2022, de <https://www.apa.org/international/united-nations/publications>
- Lewis, D. (2010). Nongovernmental Organizations, Definition and History. Em H. K. Anheier, & S. Toepler (Edits.), *International Encyclopedia of Civil Society* (pp. 1056-1062). Nova Iorque: Springer.
- Lewis, D., & Kanji, N. (2009). *Non-Governmental Organisations and Development*. Nova Iorque: Taylor & Francis Group.
- Libório, T. (2021). Os ODS em África, na luta pelos Direitos Humanos. *JANUS.NET*, 12(1), 81-94.
- Lima, R. W. (21 de março de 2022). Primeira Entrevista a Redy Wilson Lima. (M. d. Maher, Entrevistador)
- Lorde, A. (2002). The Master's Tools Will Never Dismantle the Master's House. Em C. Moraga, G. Anzaldúa, & T. C. Bambara, *This Bridge Called My Back: Writings by Radical Women of Color* (pp. 106-109). Berkeley: Third Woman Press.
- Martins, B., Silva, R. d., & Coelho, L. S. (2020). O Poder Simbólico e a Cooperação Portuguesa: Uma análise sobre o papel da língua. *Cadernos de Estudos Africanos*(39), 17-30.
- Ministério dos Negócios Estrangeiros. (s.d.). *Cooperação para o Desenvolvimento*. (República Portuguesa) Obtido em 10 de setembro de 2022, de Portal Diplomático:

- <https://portaldiplomatico.mne.gov.pt/politica-externa/cooperacao-para-o-desenvolvimento>
- Monteiro, J. L. (13 de Setembro de 2022). Primeira Entrevista a José Luís Monteiro. (M. d. Maher, Entrevistador)
- Mutua, M. w. (2001). Savages, Victims, and Saviors: The Metaphor of Human Rights. *Harvard International Law Journal*, 42(1), 201-245.
- Nações Unidas: Centro Regional de Informação para a Europa Ocidental. (s.d.). *Pobreza*. Obtido de <https://unric.org/pt/eliminar-a-pobreza/>
- Nye, J. (1990). *Bound to lead : the changing nature of American power*. Basic Books.
- OECD. (2021). *Official Development Assistance (ODA)*. Obtido de OECD: <https://www.oecd.org/dac/financing-sustainable-development/development-finance-standards/official-development-assistance.htm>
- Oikos - Cooperação e Desenvolvimento. (2022). *Quem somos*. Obtido em 29 de setembro de 2022, de <https://www.oikos.pt/pt/component/k2/item/86>
- Oleribe, O. O., & Taylor-Robinson, S. D. (2016). Before Sustainable Development Goals (SDG): why Nigeria failed to achieve the Millenium Development Goals (MDGs). *Pan African Medical Journal*.
- Organisation for Economic Co-operation and Development. (2020). *DAC List of ODA Recipients*. Obtido em 20 de julho de 2022, de Organisation for Economic Co-operation and Development: <https://www.oecd.org/dac/financing-sustainable-development/development-finance-standards/daclist.htm>
- Organisation for Economic Co-operation and Development. (2021). *Organisation for Economic Co-operation and Development*. Obtido de DAC List of ODA Recipients: <https://www.oecd.org/dac/financing-sustainable-development/development-finance-standards/DAC-List-of-ODA-Recipients-for-reporting-2022-23-flows.pdf>
- Organização das Nações Unidas. (2022). *Objetivo 1: Erradicar a pobreza*. Obtido de Organização das Nações Unidas - Centro Regional de Informação para a Europa Ocidental: <https://unric.org/pt/objetivo-1-erradicar-a-pobreza-2/>
- Organização das Nações Unidas. (2022). *Objetivo 17: Parcerias para a Implementação dos Objetivos*. Obtido de Centro Regional de Informação para a Europa Ocidental: <https://unric.org/pt/objetivo-17-parcerias-para-a-implementacao-dos-objetivos/>
- Organização das Nações Unidas. (s.d.). *Millenium Development Goals and beyond 2015 - Goal 1*. Obtido de Organização das Nações Unidas: <https://www.un.org/millenniumgoals/poverty.shtml>

- Palma, E. (2002). A política de cooperação portuguesa. *Janus*, 1-6.
- Perold, H., Graham, L. A., Mavungu, E. M., Cronin, K., Muchemwa, L., & Lough, B. J. (abril de 2013). The Colonial Legacy of International Voluntary Service. *Community Development Journal*, 48(2), pp. 179-196.
- Plataforma Portuguesa das ONGD. (2019). *A Ajuda Pública ao Desenvolvimento Portuguesa e Europeia: um compromisso para o futuro?*
- Presidência do Conselho de Ministros. (18 de maio de 1999). Resolução do Conselho de Ministros 43/99. *Diário da República n.º 115/1999, Série I-B de 1999-05-18*.
- Presidência do Conselho de Ministros. (4 de novembro de 2010). Resolução do Conselho de Ministros 82/2010, de 4 de Novembro. *Diário da República n.º 214/2010, Série I de 2010-11-04*.
- República Portuguesa. (2014). *Conceito Estratégico da Cooperação Portuguesa 2014-2020*.
- República Portuguesa. (21 de 07 de 2022). *Estratégia da Cooperação Portuguesa 2030*.
 Obtido de ConsultaLEX:
https://www.consultalex.gov.pt/ConsultaPublica_Detail.aspx?Consulta_Id=252
- Rist, G. (2009). Definitions of Development. Em G. Rist, *History of Development* (3º ed., pp. 8-24). Nova Iorque: Zed Books.
- Rodney, W. (2018). *How Europe Underdeveloped Africa*. Londres: Verso.
- Seers, D. (1969). What are we trying to Measure? *The Journal of Development Studies*, 8(3), 21-36.
- Silva, A. L., & Assis, R. (2022). *Inovação e Mudança nas Organizações Não-Governamentais de Desenvolvimento (ONGD) Portuguesas*. Lisboa: CEsA/ISEG.
- Slave Voyages. (2021). *Tráfico Transatlântico de Escravos*. Obtido em 23 de setembro de 2022, de <https://www.slavevoyages.org/assessment/estimates>
- Teixeira, J. P. (2014). Olhar português em África: a perenidade da crença na "excepcionalidade portuguesa" e seus efeitos. Coimbra: IX Congresso Ibérico de Estudos Africanos.
- Truman, H. S. (20 de janeiro de 1949). Truman's Inaugural Address.
- União Europeia . (2007). «*O Consenso Europeu*» para o desenvolvimento. Obtido em 7 de setembro de 2022, de <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=LEGISSUM:r12544>
- Williams, D. (2014). The Study of Development . Em *International Development: Ideas, Experience, and Prospects* (pp. 21-34). Hampshire: Oxford University Press.